



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO



EDITAL DE LICITAÇÃO SIGA Nº TRF2-EDT-2024/00103 de 18 de junho de 2024

COORDENADORIA DE LICITAÇÃO

Rua Acre, 80 – sala 1704 – Centro/Rio de Janeiro – CEP: 20.081-000

Telefone: (21) 2282-8682 / 2282-8016

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90047/24

Proc. nº TRF2-EOF-2024/00125

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por seu Pregoeiro, designado pela Portaria nº TRF2-PSG-2023/00547 de 27/11/2023, torna pública a abertura do certame licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico**, do tipo menor preço, modo de disputa aberto, realizado por meio da *internet*, no sítio **www.gov.br/compras**. O certame será regido pelas disposições da Lei nº 14.133/2021, demais legislações aplicáveis e, ainda, pelas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

Data: 04/07/2024

Horário (de Brasília): 13:00 horas

Local: www.gov.br/compras

Fazem parte deste Edital:

Anexo I - Termo de Referência e Apêndice

Anexo II – Planilha de Preços

Anexo III – Declaração a ser apresentada por microempresas e empresas de pequeno porte, para efeitos da obtenção de benefícios, nos termos do artigo 4º, §2º, da Lei nº 14.133/2021

Classif. documental

00.01.01.17



TRF2EDT202400103A

Anexo IV - Declaração conforme artigo 2º, inciso VI, da Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, com a alteração implementada pela Resolução CNJ nº 229, de 22/06/2016

Anexo V - Declaração de acordo com o artigo 3º da Resolução nº 7 do Conselho Nacional de Justiça, com alteração implementada pela Resolução 9 de 06.12.2005 do CNJ;

Anexo VI - Declaração conforme Res. nº 156 de 08/08/2012 do Conselho Nacional de Justiça;

Anexo VII - Minuta de termo de contrato

1 - OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de organização, planejamento e realização de concurso público destinado à seleção de candidatos(as) bacharéis em Direito para o Programa de Residência Jurídica no âmbito do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) e das Seções Judiciárias do Rio de Janeiro (SJRJ) e do Espírito Santo (SJES), com aplicação de provas objetiva e discursiva, conforme especificações estipuladas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

1.1 - O objeto desta licitação é uno e indivisível e deverá ser adjudicado a uma única licitante.

2 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DAS RESTRIÇÕES

2.1 - Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via *internet*, as empresas que atenderem às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação, e estiverem devidamente credenciadas no Sistema de Cadastramento de Fornecedores - SICAF e no sítio **www.gov.br/compras**.

2.2 - Para participação no pregão eletrônico, via *internet*, a licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Instrumento Convocatório.

2.2.1 - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas no artigo 156, da Lei nº 14.133/2021.

2.3 - Não poderão participar:

2.3.1 - Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

2.3.2 - Empresas ou sociedades estrangeiras que não funcionem no País;

2.3.3 - Empresas que estejam sob falência, em processo de dissolução ou liquidação, bem como pessoas físicas com decretação de insolvência civil;



2.3.4 - Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

2.3.5 - Empresas que estejam cumprindo penalidade de impedimento do direito de licitar, no âmbito da administração pública direta e indireta da União Federal;

2.3.6 - Empresas proibidas de contratar com o poder público, nos termos do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, (Lei de Improbidade Administrativa), com a redação dada pela Lei nº 14.230/2021, observada também a inclusão operada pela Lei Complementar nº 157/2016.

2.3.7 - Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021.

2.3.8 - Empresas proibidas de contratar com a Administração Pública, nos termos do artigo 72, §8º, V, da Lei nº 9.605/1998.

2.3.9 - Empresas proibidas de contratar com a União, nos termos do artigo 155 da Lei nº 14.133/2021.

2.4 – Salvo vedação devidamente justificada, poderão participar da licitação pessoas jurídicas em consórcio, desde que comprovado o compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, havendo de ser observado o disposto no artigo 15 da Lei nº 14.133/2021.

2.5 - A participação na sessão pública da *internet* dar-se-á pela utilização da senha privativa da licitante.

2.6 - Todas as fotocópias de documentos deverão ser apresentadas de forma legível, com os originais para conferência ou com declaração de autenticidade firmada por advogado, sob sua responsabilidade pessoal, ou, ainda, autenticadas, de forma física ou digital, por Tabelião de Notas;

2.6.1 - O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal;

2.7 - A entrega da proposta implica os seguintes compromissos por parte da licitante:

2.7.1 - Estar ciente das condições da licitação e assumir a responsabilidade pela veracidade das informações prestadas.

2.7.2 - Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



3 - DO CREDENCIAMENTO

3.1 - Para participar do pregão eletrônico, a licitante deverá estar credenciada no sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” através do sítio **www.gov.br/compras**.

3.2 - O credenciamento para acesso ao sistema ocorrerá pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível.

3.3 - O credenciamento da licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

3.4 - Caberá à licitante interessada em participar do pregão, na forma eletrônica:

3.4.1 - Credenciar-se previamente no SICAF ou no sistema eletrônico utilizado no certame;

3.4.2 - Remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema, a proposta e, quando necessário, os documentos complementares;

3.4.3 - Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4 - DO ENVIO ELETRÔNICO DA PROPOSTA DE PREÇOS

4.1 - A partir da data e horário previstos no Edital, será aberta a sessão pública do pregão eletrônico via *internet*, com a divulgação das propostas de preços recebidas, que deverão estar em perfeita consonância com as exigências estabelecidas no presente instrumento e seus anexos, devidamente publicados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

4.2 - A participação no pregão eletrônico ocorrerá por meio da digitação da senha privativa da licitante e envio de PROPOSTA, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de divulgação deste Edital, contendo a descrição do objeto ofertado e o preço, no **VALOR TOTAL**, conforme modelo de Planilha de Preços, constante do Anexo II, deste Edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, via internet.

4.3 - Caberá à(s) licitante(s) acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em caso de inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA



5.1 - A Proposta de Preços deverá ser encaminhada em papel timbrado da empresa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, rubricada em todas as folhas, datada e assinada, e deverá necessariamente conter e preencher os seguintes requisitos:

5.1.1 - O número do pregão, a data e hora da realização da sessão pública;

5.1.2 - Indicação do CNPJ e razão social do proponente;

5.1.3 - O nome, número do banco, da agência e da conta corrente da empresa licitante

5.1.4 - Indicação da pessoa legalmente habilitada a assinar o Contrato ou ajuste, assim como o telefone e e-mail para contato;

5.1.5 - Descrição detalhada dos serviços, obedecidas as especificações constantes do Termo de Referência – Anexo I deste Edital;

5.1.6 - Preços unitário e total, em algarismo e por extenso, em moeda nacional, com no máximo duas casas decimais, conforme Planilha de Preços, constante do Anexo II deste Edital;

5.1.6.1 - A incidência tributária e demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todas as despesas pertinentes ao serviço deverão estar incluídas no preço proposto.

5.1.7 - **Prazo de validade da proposta**, não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da sessão pública deste Pregão eletrônico;

5.1.8 - **Prazo de vigência do contrato**: O prazo de vigência do contrato inicia-se no primeiro dia útil subsequente à data de sua assinatura pelo Contratante, estendendo-se até a data de emissão Termo de Recebimento Definitivo.

5.1.9 - **Prazo de execução dos serviços**: a contratada deverá executar o serviço no prazo máximo de 9 (nove) meses, contado da assinatura do contrato pelo Contratante, de acordo com o cronograma a ser elaborado em conjunto com o Contratante e conforme Anexos constantes deste Edital;

5.1.10 – **Prazo de validade**: o prazo de validade deverá observar o prazo de vigência do contrato;

5.2 - Na hipótese de omissão dos prazos mencionados nos subitens 5.1.7 a 5.1.9, considerar-se-ão os prazos previstos neste Edital.



5.3 - Depois de solicitada pelo Pregoeiro no sistema eletrônico a proposta de preços da empresa vencedora, contendo descrição do objeto ofertado, deverá ser atualizada e assinada, em conformidade com os lances eventualmente ofertados ou o valor negociado, e enviada, juntamente com os documentos complementares, quando necessários, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de desclassificação e/ou inabilitação, por meio do Sistema *Compras.gov.br*.

5.3.1 - O prazo estipulado acima é referencial. O Pregoeiro poderá estendê-lo, bem como decidir sobre a tolerância de possíveis atrasos no envio da proposta e documentos complementares de habilitação.

5.4 - Em nenhuma hipótese poderão ser alteradas as condições de pagamento, prazos ou outra qualquer que importe modificação dos termos da proposta apresentada, salvo no que tange aos preços ofertados, os quais poderão ser reduzidos quando da fase de lances do certame.

5.5 - Não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

5.6 - No caso de haver divergência entre a descrição do código dos produtos no *compras.gov.br* e o disposto no Termo de Referência - Anexo I deste Edital, a(s) licitante(s) deverá(ão) obedecer a este último.

5.7 - Serão desclassificadas as propostas que:

5.7.1 - contiverem vícios insanáveis;

5.7.2 - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

5.7.3 - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

5.7.3.1 - Nesta hipótese, será facultado à licitante o prazo de até 5 (cinco) dias, contados da intimação, para comprovar a viabilidade dos preços constantes em sua proposta.

5.7.4 - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.7.5 - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

6 - CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS



6.1 - O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

6.2 - O Pregoeiro poderá solicitar pareceres de servidores técnicos do TRF 2ª Região ou, ainda, de especialistas pessoas físicas ou jurídicas, para orientar sua decisão.

6.3 - Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

6.4 - Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

6.5 - O Pregoeiro poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a planilha de composição de preços quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que o compõem necessitem de ajustes aos valores estimados pelo TRF 2ª Região.

6.6 - Não serão aceitas propostas com valor unitário ou global superior ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis.

6.7 - Serão desclassificadas as cotações que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas das demais licitantes, excessivas ou inexequíveis;

6.8 - Considerar-se-á inexequível a proposta na qual não tenha sido demonstrada a viabilidade da execução do objeto por meio de documentação que comprove a coerência dos custos envolvidos na contratação com os de mercado.

6.9 - O Pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir das licitantes que ela seja demonstrada, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da intimação.

6.10 - O ônus da prova da exequibilidade dos preços cotados incumbe ao autor da proposta, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação.

7 - DA COMPETITIVIDADE (FORMULAÇÃO DE LANCES)

7.1 - A partir do horário previsto no Instrumento Convocatório, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas em perfeita consonância com as especificações técnicas exigidas no Edital.

7.2 - A licitante deverá enviar proposta através do sistema eletrônico para o **VALOR TOTAL**, conforme modelo de planilha constante do Anexo II, sob pena de desclassificação.



7.3 - As participantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

7.4 - As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras estabelecidas no Edital.

7.5 - As licitantes somente poderão oferecer lance inferior ao último por elas ofertado e registrado no sistema.

7.6 - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.7 - A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de dez minutos, sendo prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.7.1 - A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o subitem 7.7, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

7.7.2 - Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no subitem 7.7 e no subitem 7.7.1, a sessão pública será encerrada automaticamente.

7.7.3 - Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no subitem 7.7.1, o Pregoeiro poderá admitir o reinício da etapa de envio de lances em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa e com o assessoramento da equipe de apoio.

7.7.4. A diferença entre os lances deverá ser de, no mínimo, **R\$ 100,00 (cem) reais**, tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.

7.8 - No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.8.1 - Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública do pregão eletrônico será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação aos participantes, no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

7.9 - Não poderá haver desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades previstas no artigo 156 da Lei nº 14133/2021.



7.10 - Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro poderá admitir o reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações.

7.11 - A apresentação de novas propostas na forma do subitem anterior não prejudicará o resultado do certame em relação à licitante mais bem classificada.

7.12 - Definido o resultado do julgamento, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com a primeira colocada.

7.12.1 - A negociação poderá ser feita com as demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando a primeira colocada, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pelo TRF - 2ª Região.

7.12.2 - Após concluída a negociação, o resultado será divulgado a todas as licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8 - DO PROCEDIMENTO

8.1 - Aberta a sessão pública, o Pregoeiro verificará a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no Edital, desclassificando aquelas que não atenderem aos requisitos estabelecidos no Instrumento Convocatório.

8.2 - No julgamento das propostas será adotado o critério de **MENOR VALOR TOTAL**, desde que atendidas as especificações constantes deste Pregão.

8.3 - Definidas as propostas, o Pregoeiro dará início à fase competitiva, que prosseguirá com o envio de lances pelas licitantes exclusivamente pelo sistema eletrônico.

8.4 - Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate definidos no artigo 60, da Lei nº 14.133/2021.

8.5 - Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.5.1 - empresas estabelecidas no Estado do Rio de Janeiro;

8.5.2 - empresas brasileiras;

8.5.3 - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;



8.5.4 - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.5.5 – Tendo em vista que os incisos II a IV do artigo 60 da Lei nº 14.133/21, que trata dos critérios de desempate, ainda dependem de maior regulamentação, fica estabelecido que, aplicado o inciso I do referido artigo e persistindo o empate, serão as empresas convocadas para um sorteio eletrônico, a ser realizado no site <https://sorteador.com.br>. Para tal o pregoeiro, no chat, informará a data, horário e local para possibilitar a presença dos interessados.

8.5.5.1 – Ainda que não haja o comparecimento de interessados, o sorteio eletrônico ocorrerá na data e horários previamente marcados.

8.5.5.2 – O relatório do sorteio eletrônico será anexado aos autos do processo administrativo e divulgado aos licitantes por meio do Portal de Compras do Governo Federal.

8.6 - Encerrada a etapa de lances e, quando for o caso, os procedimentos previstos nos subitens 8.4 e 8.5 deste Edital, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar, quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação da licitante conforme disposições do item 9 deste Edital.

8.7 - Será declarada vencedora a proposta que ofertar o **MENOR VALOR TOTAL**, observadas as exigências constantes deste Edital.

8.8 - Na hipótese de a proposta de menor valor não ser aceitável, ou se a licitante vencedora desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e, verificando a sua aceitabilidade, procederá à habilitação na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

8.9 - Caso entenda necessário examinar mais detidamente a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste Edital, bem como o preenchimento das exigências habilitatórias, poderá o Pregoeiro, a seu exclusivo critério, suspender a sessão respectiva, hipótese em que comunicará às licitantes, desde logo, a data e o horário em que o resultado do julgamento será divulgado no sistema eletrônico.

8.10 - O Pregoeiro poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação na fase de julgamento, devendo as licitantes atender às solicitações no prazo estipulado, contado do recebimento da convocação.

8.10.1 - Não será permitida a substituição ou apresentação de novos documentos em sede de diligência, salvo para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados ou atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento da proposta.

8.11 - No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica,



mediante despacho fundamentado, registrado em Ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.12 - Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital, o pregoeiro aceitará a proposta mais bem classificada e habilitará a licitante.

8.13 - Após, a autoridade superior adjudicará o objeto e homologará o certame.

9 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1 - Como condição prévia à fase de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência da sanção que impeça a participação no certame ou futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantidos pela Controladoria Geral da União;

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo CNJ.

d) Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União;

9.1.1 – Poderá haver a substituição das consultas dos subitens acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidões-afp.apps.tcu.gov.br/>).

9.1.2 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992.

9.1.3 - Constatada a existência das sanções previstas no artigo 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro reputará a licitante inabilitada, por falta de condição de participação.

9.2 – HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.2.1 - Registro comercial, no caso de empresa individual.

9.2.2 – Certificado de Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, no caso de microempreendedor individual;



9.2.3 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, além de CPF do representante legal, em se tratando de sociedades empresariais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva.

9.2.4 - Compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, e indicação da empresa líder do consórcio

9.3 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

9.3.1. - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.3.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.3.3 - Prova de Regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional demonstrando a regularidade quanto aos Créditos Tributários Federais, Dívida Ativa da União e Contribuições Previdenciárias (Portaria MF nº 358/2014 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751/2014, alteradas pelas Portarias Conjuntas PGFN/RFB nºs 1821/2014, 1400/2015, 3193/17, 682/2019, 103/2021 e Portaria nº 20 /2023);

9.3.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da licitante, dentro da validade;

9.3.5 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da licitante, dentro da validade;

9.3.6 - Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), dentro da validade;

9.3.7 - Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, dentro da validade, em cumprimento ao disposto na Lei nº 12.440/2011;

9.3.8 - A consulta *on-line* deverá comprovar que a licitante encontrava-se regular na data da abertura da sessão do Pregão.

9.3.9 - Na hipótese de algum dos documentos abrangidos pelo Sistema encontrar-se com a validade expirada, fica assegurado à licitante cadastrada e parcialmente habilitada no SICAF o direito de apresentar, via sistema, a documentação atualizada, quando solicitada pelo Pregoeiro.

9.3.10 - O registro regular e atualizado no SICAF supre, no que couber, as exigências previstas nos subitens 9.3.1 a 9.3.7 (exceto o subitem 9.3.2).



9.4 - Para fins de habilitação, deverão ser apresentadas, ainda, as DECLARAÇÕES listadas a seguir, as quais serão virtuais e deverão ser inseridas em campo próprio do sistema *Compras.gov.br*, na ocasião em que a licitante cadastrar sua proposta:

9.4.1 - Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, sendo que a licitante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.4.2 - Declaração da licitante de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte e que atende, sob as penas da lei, aos requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123 /2006, para fazer jus aos benefícios estabelecidos nos artigos 42 e 43 da referida Lei.

9.4.3 - Declaração referente ao trabalho do menor de dezoito anos, em cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal.

9.4.4 - Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e reabilitado da Previdência Social.

9.4.5 - Declaração de inexistência de fato superveniente.

9.4.6 - Declaração independente de proposta.

9.4.7 - Declaração de que a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.4.8 - Para fins de habilitação, a verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidão constitui meio legal de prova.

9.4.9 - Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documentos” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

9.4.10 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, as microempresas e empresas de pequeno porte terão assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da divulgação do resultado da fase de habilitação, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

9.4.11 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 9.4.10, implicará inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, visando ao prosseguimento do certame, ou propor a revogação deste Pregão.



9.5 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.5.1 - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação;

9.5.1.1 - A aptidão acima referida será comprovada mediante a apresentação de pelo menos 01 (um) atestado, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante já planejou, organizou e realizou concurso público para cargos efetivos e/ou residência jurídica de órgãos da Administração Pública, devendo o atestado indicar a entidade contratante e, como parcela de relevância, a quantidade mínima de 1.000 (mil) candidatos(as) inscritos(as).

9.5.1.1.1 - Juntamente ao(s) atestado(s) deve(m) ser fornecido(s) nome, telefone do emissor do atestado e da área técnica autorizada a responder diligências.

9.5.1.2 - No caso de entidades públicas da Administração Direta ou Indireta será admitida a comprovação mediante a apresentação de Contrato ou Nota de Empenho.

9.5.2 - Em caso de apresentação de atestado de desempenho anterior, emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte a licitante, é necessário que o atestado ou o contrato de constituição do consórcio identifique a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, havendo de ser adotados os seguintes critérios de avaliação na hipótese:

9.5.2.1 - caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;

9.5.2.2 - caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado, de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

9.5.2.2.1 - Na hipótese do subitem 9.5.2.2, caso o consorciado não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio, de modo a comprovar sua participação.

9.5.3 - A Administração poderá realizar as diligências necessárias, solicitando documentos ou realizando visitas na sede ou na filial da licitante, em entidade pública ou privada, com o objetivo de comprovar a veracidade das informações apresentadas.

9.6 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA



9.6.1 - Balanço Patrimonial (BP) e Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativos aos dois últimos exercícios sociais, assinados pela ou pelo representante legal e pela ou pelo contabilista responsável, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, extraídos do livro diário, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;

9.6.1.1 - Os documentos referidos no subitem anterior limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de dois anos;

9.6.1.2 - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

9.6.2 - Apresentação de Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

9.6.3 - Os documentos exigidos no subitem 9.6.1 deverão comprovar:

9.6.3.1 - Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1;

9.6.3.2 - A comprovação dos índices econômicos pode ser substituída pelos registros respectivos consignados no SICAF ou por declaração assinada por profissional habilitado da área contábil.

10 - VISTORIA: não se aplica

11 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do objeto deste Pregão correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento deste TRF 2ª Região para o corrente exercício.

Programa de Trabalho	PTRES	Elemento de Despesa
02.061.0033.4257.6013	168.413	3.3.90.39.48

12 - DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

12.1 - O esclarecimento de dúvidas acerca das condições deste Edital, bem como as informações adicionais sobre a presente licitação, serão divulgados no sítio do Tribunal: www.trf2.jus.br, opção “Transparência e Prestação de Contas/ Gestão das Contratações e Aquisições / Licitações e contratos / licitações em andamento”, e no sítio: www.gov.br/compras, na opção “visualizar /



Impugnações / Esclarecimentos / Avisos”, ficando as licitantes obrigadas a acessá-los para conhecimento das informações lançadas pelo Pregoeiro.

12.2 - Maiores esclarecimentos de ordem legal ou técnica, ou sobre os termos deste Pregão, ou ainda informações complementares sobre o presente Edital poderão ser solicitados ao Pregoeiro, exclusivamente por meio eletrônico, através do e-mail para cpl@trf2.jus.br, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, no horário de 12h às 17h. Os telefones de contato são (21) 2282-8682 e 2282-8016.

12.3 - Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do Edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no Edital, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

12.4 - A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.

12.5 - Acolhida a impugnação do Edital, será designada nova data para a realização do certame.

13 - DOS RECURSOS

13.1 - Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio no sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar as razões de recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.2 - A falta de manifestação imediata da(s) licitante(s) quanto à intenção de recorrer importará a preclusão do direito de recurso, podendo o Pregoeiro aceitar a proposta e habilitar a licitante vencedora.

13.3 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.4 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

14 - DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

14.1 - Após a homologação do resultado do julgamento, a licitante vencedora será convocada para assinatura do instrumento contratual/retirada da Nota de Empenho junto à Divisão de Contratos, na Rua Visconde de Inhaúma, 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro, no horário de 12h às 17h.



14.1.1 - Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão, o TRF - 2ª Região poderá encaminhar os documentos por meio eletrônico.

14.2 - A convocação de que trata o subitem 14.1 deverá ser atendida, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável apenas 01 (uma) única vez a critério do TRF - 2ª Região, mediante solicitação, devidamente justificada por parte da licitante, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 156 da Lei 14.133/2021.

14.3 - No ato da assinatura do Contrato/retirada da nota de empenho, será verificada a regularidade da empresa, mediante consulta *on-line* junto ao SICAF, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem assim emitidas certidões negativas de inidoneidade e de impedimento, regularidade que deverá ser mantida pela licitante durante a vigência do Contrato.

14.4 - Ao assinar o instrumento contratual ou retirar a nota de empenho, a empresa adjudicatária obriga-se a entregar os produtos/equipamentos/serviços a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste Edital e seus Anexos e na proposta apresentada, independente de transcrição, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições deste instrumento convocatório.

14.5 - É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o Contrato nos prazos e condições estabelecidos, ou recusar-se a retirar a nota de empenho, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada.

14.5.1 - Na hipótese de nenhuma das licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem anterior, o TRF - 2ª Região, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

14.5.1.1 - convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

14.5.1.2 - adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

14.6 - A recusa injustificada do fornecedor classificado em assinar o Contrato/Nota de Empenho dentro do prazo estabelecido pela Administração ensejará a aplicação das penalidades estabelecidas em lei.

14.7 - Ressalvadas as hipóteses de atraso por culpa da Contratada, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando o objeto não for concluído no período firmado no contrato.

14.7.1 - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.



14.7.2 - Em caso de culpa da contratada, será a empresa constituída em mora, sendo aplicáveis as respectivas sanções administrativas, podendo o TRF - 2ª Região optar pela extinção do contrato, adotando, neste caso, as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

14.8 - É vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, com a alteração implementada pela Resolução CNJ nº 229, de 22/06/2016;

14.8.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, pela Contratada, da Declaração constante do Anexo IV do presente Edital, a qual será entregue no ato da assinatura do Contrato ou recebimento da nota de empenho.

14.9 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme o artigo 3º da Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, alterada pela Resolução CNJ nº 09 de 06/12/2005.

14.10 - A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória às disposições contidas na Resolução nº 351 do Conselho Nacional de Justiça, de 28/10/2020, que institui a Política de Prevenção e Combate do Assédio Moral, do Assédio Sexual, e de todas as formas de Discriminação, a fim de promover o trabalho digno, saudável, seguro e sustentável no âmbito do Poder Judiciário.

14.10.1 - Aplica-se a Resolução mencionada no item anterior a todas as condutas de assédio e discriminação no contexto das relações socioprofissionais e da organização do trabalho no Poder Judiciário, praticadas presencialmente ou por meios virtuais, inclusive aquelas contra estagiários, aprendizes, prestadores de serviços, voluntários e outros colaboradores.

15. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

15.1 - Em conformidade com o artigo 140 da Lei nº 14.133/2021, o objeto do contrato será recebido da seguinte forma:

15.1.1 - Provisoriamente - pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico quando verificada a conformidade dos serviços aos termos contratuais;



15.1.2 - Definitivamente - por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado, que comprove o atendimento das exigências contratuais, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório, salvo motivo justificado;

15.2 - Os termos serão emitidos pelos servidores responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, designados na forma estabelecida no subitem 15.5 deste edital, os quais confirmarão a aceitação definitiva dos serviços, depois de comprovada a adequação do objeto às especificações do edital e seus anexos.

15.3 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

15.3.1 - Na hipótese de fornecimento de materiais, o recebimento provisório ou definitivo não excluirá, ainda, a obrigação da Contratada em reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da solicitação do TRF 2ª Região, o objeto deste Edital, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

15.3.2 - Se, após o recebimento provisório, for constatado que os serviços foram prestados de forma incompleta ou em desacordo com as especificações ou com a proposta, após a notificação da contratada, será interrompido o prazo de recebimento definitivo e suspenso o prazo de pagamento até que seja sanada a situação.

15.4 - O aceite/aprovação do(s) produto(s)/serviço(s) pelo órgão licitante não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s)/serviço(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao TRF - 2ª Região as faculdades previstas nos artigos 18 e 20 da Lei nº 8.078/1990;

15.5 - Após a celebração do contrato, o TRF - 2ª Região designará servidor para exercer seu acompanhamento e fiscalização.

16 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

16.1 - O pagamento será efetuado em parcelas, conforme item 7 do Termo de Referência, Anexo I, à vista do documento fiscal apresentado pela Contratada, discriminativo dos serviços prestados, obedecida a ordem cronológica, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela Contratada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da liquidação da despesa, quando se tratar de valor igual ou inferior a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos) ou em até 10 (dez) dias úteis contados a partir da liquidação da despesa, para valor superior a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos).

16.1.1 – A liquidação da despesa deverá ser realizada nos mesmos prazos, contados do recebimento do documento fiscal, de acordo com os valores acima descritos, após a certificação do cumprimento da obrigação.



16.1.2 - No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com a legislação e as instruções normativas vigentes;

16.1.3 - Os pagamentos a serem efetuados em favor da Contratada estarão sujeitos, no que couber, às retenções na fonte nos seguintes termos:

16.1.3.1 - Do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, da contribuição para seguridade social - COFINS e da contribuição para o PIS /PASEP;

16.1.3.2 - Da contribuição previdenciária ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, correspondente a 11% (onze por cento), observadas as hipóteses de desoneração;

16.1.3.3 - Do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN;

16.1.4 - Para fins do disposto no item 16.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.

16.2 - O documento fiscal deverá ser entregue na Subsecretaria de Controle de Custos de Compras e Contratos, situada na Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro, de segunda a sexta-feira, no horário das 12h às 17h, devendo também ser enviado eletronicamente ao e-mail notafiscal@trf2.jus.br:

16.3 - A Contratada que se enquadrar nas hipóteses de isenção ou de não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal.

16.4 - A Contratada optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação da Declaração, em duas vias, a que se refere o artigo 6º da Instrução Normativa nº 1.234, de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal, com as alterações implementadas pelas Instruções Normativas nº 1.540, de 05/01/2015, e nº 1.552, de 02/03/2015.

16.5 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas.

16.5.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento.

16.6 – O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no item 16.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;



16.7 - No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do artigo 14 da Lei Municipal nº 691/84, alterada pela Lei nº 3.691/03, na redação da Lei nº 7.000/2021, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro estará sujeita, no ato do pagamento, à retenção do ISS – Imposto sobre Serviço de qualquer natureza;

16.7.1 - Para fins de identificação da situação prevista no item 16.7, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

16.8 - Em caso de atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma a CONTRATADA, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.?

17 - DA FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO CONTRATO

17.1 - A disciplina relativa à fiscalização do contrato está prevista no Contrato - Anexo VII deste Edital.

18 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

18.1 - A disciplina relativa às obrigações da Contratada está prevista no Contrato - Anexo VII deste Edital.

19 - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

19.1 - A disciplina relativa às obrigações do Contratante está prevista no Contrato - Anexo VII deste Edital.

20 - DAS SANÇÕES

20.1 - Com fundamento no artigo 155 da Lei nº 14.133/2021, a licitante ou a Contratada será responsabilizada administrativamente nas seguintes hipóteses:

20.1.1 - der causa à inexecução parcial do contrato;

20.1.2 - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

20.1.3 - der causa à inexecução total do contrato;

20.1.4 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;



20.1.5 - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

20.1.6 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

20.1.7 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

20.1.8 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;

20.1.9 - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

20.1.10 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

20.1.11 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

20.1.12 - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

20.2 - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

20.2.1 - Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

20.2.2 - Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 17.1.2, 17.1.3, 17.1.4, 17.1.5, 17.1.6 e 17.1.7 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

20.2.3 - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 17.1.8, 17.1.9, 17.1.10, 17.1.11 e 17.1.12 acima, bem como nos subitens 17.1.2, 17.1.3, 17.1.4, 17.1.5, 17.1.6 e 17.1.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem 17.2.2.

20.2.3.1 - Nesta hipótese, o responsável ficará impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

20.2.4 - Multa:



20.2.4.1 - No caso de inexecução parcial do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a Contratada estará sujeita à aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

20.2.4.2 - No caso de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a Contratada estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

20.3 - A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

20.4 - Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

20.4.1 - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

20.4.2 - O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à Contratada;

20.4.3 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será encaminhada para inscrição em dívida ativa e posterior cobrança judicial.

20.4.4 - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.4.5 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada à multa de mora, no valor compreendido entre 0,5% e 30%, sendo que sua aplicação não impedirá a conversão em multa compensatória e a promoção da extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções.

20.4.6 - Caso o valor da garantia, se exigida, seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação do Contratante.

20.5 - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do artigo 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

20.6 - Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;



- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

20.7 - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

20.8 - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

20.9 - O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

20.10 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163 da Lei nº 14.133/2021.

20.11 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21 - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS

21.1 - A disciplina relativa ao Instrumento de Medição de Resultados - IMR está prevista no Contrato - Anexo VII deste Edital

22 - MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS

22.1 - A disciplina relativa à Matriz de Alocação de Riscos está prevista no Contrato - Anexo VII deste Edital.



23 - DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1 - Os prazos de adimplemento das obrigações contratuais admitem prorrogação, observadas as condições especificadas no artigo 107 da Lei nº 14.133/2021, devendo a solicitação dilatória ser fundamentada por escrito e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, bem como apresentada contemporaneamente ao fato que ensejá-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

23.2 - O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais nele previstas, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal do TRF - 2ª Região, nos casos enumerados nos artigos 137 e 138, inciso I e §1º, da Lei nº 14.133/2021.

23.2.1 - Em caso de rescisão unilateral, o TRF - 2ª Região poderá convocar as demais licitantes classificadas para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento, observados os critérios estabelecidos nos §§ 2º e 4º do artigo 90 da Lei nº 14.133/2021.

23.3 - Fica assegurado ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região o direito de, no interesse da Administração, sem que caiba às licitantes qualquer tipo de reclamação ou indenização:

23.3.1 - Adiar a data de abertura da sessão pública do pregão eletrônico, dando conhecimento aos interessados através dos sítios: www.trf2.jus.br, opção "Transparência e Prestação de Contas / gestão das contratações e aquisições / licitações, compras, contratos e atas de registro de preços / licitações em andamento", e www.gov.br/compras, opção "visualizar/ Impugnações/ Esclarecimentos / Avisos", e comunicando às empresas, com a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data inicialmente marcada;

23.3.2 - Anular ou revogar, no todo ou em parte, o presente Pregão, a qualquer tempo, assegurada a prévia manifestação dos interessados, nos termos do artigo 71, incisos II e III, da Lei nº 14.133 /2021;

23.3.3 - Alterar, dando ciência aos interessados, as condições deste Edital, as especificações e qualquer documento pertinente a este Pregão.

23.4 - O contrato decorrente do presente Pregão poderá ser alterado, observadas as disposições insertas nos artigos 124 e 125 da Lei nº 14.133/2021:

23.4.1 - A Contratada será obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços e nas compras, sendo que, no caso de reforma de edifício ou de equipamentos, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

23.4.2 - As alterações unilaterais a que se refere o subitem 20.4.1 não poderão transfigurar o objeto da contratação.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO



23.5 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro que decidirá com base na legislação vigente.

- assinado eletronicamente -
FERNANDA DE ANDRADE VECCHI
Coordenador(a)





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

TERMO DE REFERÊNCIA Nº TRF2-TER-2024/00305

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO:

1.1 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

1.1.1 Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de organização, planejamento e realização de concurso público destinado à seleção de candidatos(as) bacharéis em Direito para o Programa de Residência Jurídica no âmbito do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) e das Seções Judiciárias do Rio de Janeiro (SJRJ) e do Espírito Santo (SJES), com aplicação de provas objetiva e discursiva.

1.1.2- Especificações Técnicas:

Tabela de vagas por cargo e escolaridade/pré-requisitos:

RESIDÊNCIA JURÍDICA			
Remuneração (*1)	-Bolsa-auxílio: R\$ 2.500,00		
Escolaridade / Pré-Requisitos	<p>-Bacharéis em Direito que estejam cursando especialização, mestrado, doutorado, pós-doutorado ou, ainda, que tenham concluído o curso de graduação há, no máximo, 05 (cinco) anos;</p> <p>-Vedado exercer a advocacia;</p> <p>-Vedado exercer qualquer outra atividade, inclusive de estágio ou residência, atuar como estagiário ou residente em outro órgão e Poder federal, estadual ou municipal;</p> <p>-Não exercer cargo, emprego ou função pública remunerados</p>		
Vagas (*2)	TRF2	20 + CR	
	SJRJ	Capital	56 + CR
		Subseções	37 + CR
		Classif. documental	



Assinado com senha por JOSÉ LUIZ DE ABREU MACEDO - 05/06/2024 às 10:55:12.
Documento Nº: 4123905-41 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4123905-41>

SIGA



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 07/06/2024 às 09:23:59.
Documento Nº: 4139074.36214172-2995 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4139074.36214172-2995>

SIGA



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 18/06/2024 às 15:16:22.
Documento Nº: 4139074.36214172-2995 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4139074.36214172-2995>

SIGA





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

	SJES	27 + CR
Notas: (*1) Além da remuneração, o TRF – 2ª Região oferece outras vantagens que deverão ser especificadas no edital do concurso (Auxílio-transporte e Seguro de vida). (*2) CR = Cadastro de Reserva para provimento das vagas que existirem durante o prazo de validade do concurso, de acordo com o interesse da Administração.		

1.2 PRAZO DE VIGÊNCIA/PRAZO DE ENTREGA:

A Contratada deverá executar o serviço no prazo máximo de 9 (nove) meses, contados da assinatura do contrato pelo Contratante, de acordo com o cronograma a ser elaborado em conjunto com o Contratante e conforme Anexos constantes do Edital.

1.3 PRAZO DE GARANTIA/PRAZO DE VALIDADE:

O prazo de validade deverá observar o prazo de vigência do contrato.

1.4 CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA NO PERÍODO DE GARANTIA:

NÃO SE APLICA

1.5 APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS - REGRAS:

NÃO SE APLICA

1.6 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

1.6.1. A Empresa deverá comprovar aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto deste certame, mediante a apresentação de atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a Empresa já planejou, organizou e realizou concurso público para cargos efetivos e/ou residência jurídica de órgãos da Administração Pública, devendo o atestado indicar a entidade contratante, e, como parcela de relevância, a quantidade mínima de 1.000 (mil) candidatos(as) inscritos(as).

1.6.1.1. O atestado de capacidade técnica apresentado pela empresa deverá conter assinatura do responsável pelo órgão/entidade emitente.

1.6.1.2. Juntamente com o atestado deve ser fornecido nome, telefone e e-mail do emissor do atestado e da área técnica autorizada a responder diligência acerca das informações apresentadas pela empresa.

1.6.1.3. A Administração poderá realizar as diligências necessárias, solicitando documentos ou realizando visitas na sede ou na filial da licitante, em entidade pública ou privada, com o objetivo de comprovar a veracidade das informações apresentadas.

1.7 VISTORIA:



Assinado com senha por JOSÉ LUIZ DE ABREU MACEDO - 05/06/2024 às 10:55:12.
Documento Nº: 4123905-41 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4123905-41>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 07/06/2024 às 09:23:59.
Documento Nº: 4078829.36124699-4097 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4078829.36124699-4097>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 18/06/2024 às 15:16:22.
Documento Nº: 4139074.36214172-2995 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4139074.36214172-2995>

2



SIGA



SIGA



TRF2EDT202400103A

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

NÃO SE APLICA.

1.8 METAS FÍSICAS:

Estima-se um contingente aproximado de 2.500 (dois mil e quinhentos) inscritos, utilizando-se como base as informações de concursos de outros Tribunais Federais.

1.9 LOCAL DE ENTREGA/LOCAL DE EXECUÇÃO:

O concurso deverá ser realizado nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, observado o disposto no subitem 4.1.10.2.

1.10 CONDIÇÕES ESPECIAIS DE RECEBIMENTO:

NÃO SE APLICA

1.11 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Além de outras obrigações descritas neste Termo de Referência, deverá a Contratada:

1.11.1. Manter sigilo nos assuntos relacionados ao concurso, responsabilizando-se integralmente por quaisquer ocorrências que causem quebra de sigilo que possam comprometer a realização do certame;

1.11.2. Responder por quaisquer danos ou prejuízos provenientes da execução irregular do contrato, correndo às expensas da Contratada as correspondentes despesas, no todo ou em parte, de serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções durante ou após sua prestação.

1.11.3. Responder por quaisquer ônus, despesas e obrigações, de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal, acidentária e pelos demais custos diretos e indiretos, assim como por encargos relativos à alimentação, transporte e outros benefícios de qualquer natureza, decorrentes da relação de emprego do pessoal que venha a ser contratado para a execução de serviços incluídos no objeto do contrato.

1.11.4. Providenciar para que o valor da taxa de inscrição fixado pelo Contratante seja depositado pelo(a) candidato(a) em conta específica do Tesouro Nacional, mediante recolhimento por meio da GRU Cobrança (Guia de Recolhimento da União), bem como acompanhar o processamento dos pagamentos realizados.

1.11.5. Assegurar todas as condições para que o Contratante fiscalize a execução do contrato.

1.11.6. Responsabilizar-se por qualquer fato ou ação que leve à anulação do concurso público, arcando com todos os ônus deles decorrentes, desde que comprovada a sua culpa ou dolo.

1.11.7. Solicitar a prévia e expressa aprovação do Contratante quanto aos procedimentos a serem adotados, em todas as etapas do concurso.

1.11.8. É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de Serviços com Empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau,

3



Assinado com senha por JOSÉ LUIZ DE ABREU MACEDO - 05/06/2024 às 10:55:12.
Documento Nº: 4123905-41 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4123905-41>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 07/06/2024 às 09:23:59.
Documento Nº: 4078829.36124699-4097 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4078829.36124699-4097>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 18/06/2024 às 15:16:22.
Documento Nº: 4139074.36214172-2995 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4139074.36214172-2995>



SIGA



SIGA



TRF2EDT202400103A

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal Contratante, conforme Resolução CNJ nº 9, de 06/12/2005.

1.11.9. Manter, durante o período de vigência do contrato, todas as condições de habilitação exigidas para a contratação.

1.11.10. Deverá respeitar e cumprir todas as disposições da legislação ambiental vigente, responsabilizando-se perante o Contratante, os Órgãos Ambientais e terceiros, por todo e qualquer dano ou prejuízo que porventura cause ao Meio Ambiente.

1.11.11. A Contratada não poderá transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato, salvo quando, justificadamente e por escrito, parte do objeto requeira subcontratação de serviços especializados, mediante prévia autorização e chancela da Comissão Organizadora do Concurso.

1.11.12. A contratada deverá iniciar os serviços, objeto do contrato, com reunião a ser realizada com o TRF2, em até 03 (três) dias corridos a partir do início da vigência do contrato.

1.11.13. A contratada deverá cumprir os prazos previstos para a execução das etapas, conforme Cronograma constante do Anexo ao Edital.

1.11.14. O edital de abertura do concurso deverá ser publicado com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias da data de realização da primeira prova, conforme previsto no art. 5º da Resolução CJF nº 246/2013. Os demais editais serão publicados com a antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

1.12 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

1.12.1. Elaborar, em conjunto com a Contratada, as normas, instruções e condições do Concurso que deverão constar do Edital.

1.12.2. Fiscalizar se os conteúdos programáticos estão de acordo com as instruções, normas e condições do Concurso expressas no Edital.

1.12.3. Acompanhar e fiscalizar todas as etapas que lhe são cabidas e ações relativas ao Concurso Público.

1.12.4. Analisar e autorizar, se for o caso, os requerimentos da Contratada acerca de parte do objeto que requeira subcontratação de serviços especializados.

1.12.5. Intervir em quaisquer das etapas e das ações relativas ao Concurso Público, para zelar pelo fiel cumprimento do contrato.

1.13 CÓDIGO SIASG: 10014

1.14 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO:

Macrodesafio: Aperfeiçoamento da gestão de pessoas.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:



Assinado com senha por JOSÉ LUIZ DE ABREU MACEDO - 05/06/2024 às 10:55:12.
Documento Nº: 4123905-41 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4123905-41>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 07/06/2024 às 09:23:59.
Documento Nº: 4078829.36124699-4097 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4078829.36124699-4097>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 18/06/2024 às 15:16:22.
Documento Nº: 4139074.36214172-2995 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4139074.36214172-2995>

4



SIGA



SIGA



TRF2EDT202400103A

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

2.1. A Resolução CNJ nº 439, de 7 de janeiro de 2022 autoriza os tribunais a instituírem programas de residência jurídica, cujo objetivo é proporcionar o aprimoramento da formação teórica e prática dos profissionais do Sistema de Justiça.

2.2. De acordo com a supracitada Resolução, a admissão em programa de residência jurídica deve ocorrer mediante processo seletivo público, com publicação de edital e ampla divulgação, abrangendo a aplicação de provas objetiva e discursiva, de caráter classificatório e eliminatório.

2.3. A Justiça Federal da 2ª Região não dispõe de recursos humanos, técnicos e materiais para realização de todas as etapas do certame de forma direta. Isso justifica a contratação de empresa especializada para a realização de processo seletivo público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva para o Programa de Residência Jurídica no âmbito da Justiça Federal da 2ª Região, conforme tabela constante do subitem 1.1.2. deste Termo de Referência, observando-se a legislação e as normas aplicáveis aos programas de residência, incluindo:

- Resolução CNJ nº 439/2022, que autoriza os tribunais a instituírem programas de residência jurídica;
- Resolução CNJ nº 336/2020, que dispõe sobre a promoção de cotas raciais nos programas de estágio dos órgãos do Poder Judiciário nacional;
- Resolução CJF nº 208/2012, que dispõe sobre a concessão de estágio a estudantes no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus;
- Resolução CJF nº 878/2024, que institui o Programa de Residência Jurídica no âmbito do Conselho da Justiça Federal e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus;
- Resolução nº TRF2-RSP-2023/00045, de 15 de setembro de 2023, que institui o Programa de Residência Jurídica no âmbito do Tribunal Regional Federal da 2ª Região e das Seções Judiciárias sob sua jurisdição;
- Portaria nº TRF2-PTP-2023/00560, de 19 de dezembro de 2023, da Presidência do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, que constitui a Comissão Organizadora do I Concurso Público para Provimento de Cargos de Residência Jurídica no âmbito do Tribunal Regional Federal da 2ª Região e das Seções Judiciárias;
- Portaria nº TRF2-PTP-2024/00093, de 22 de fevereiro de 2024, da Presidência do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, que altera a Portaria nº TRF2-PTP-2023/00560.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1. A Contratada será responsável pela realização de todas as etapas do concurso, exceto o envio dos editais e comunicados para publicação no Diário Eletrônico da Justiça Federal da 2ª Região (e-DJF2R), bem como a elaboração, a reprografia das provas e a correção da prova discursiva, que ficarão a cargo do TRF2.

3.2. A Contratada encaminhará diretamente ao Contratante as listagens de candidatos (as) com os resultados parciais e finais do concurso, por ordem classificatória e alfabética dos(as) candidatos(as), que deverão ser emitidas em arquivo digital, em mídia física (arquivos em Microsoft Excel, e não em Acrobat Reader, dados apresentados em células individuais), conforme discriminado a seguir:



Assinado com senha por JOSÉ LUIZ DE ABREU MACEDO - 05/06/2024 às 10:55:12.
Documento Nº: 4123905-41 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4123905-41>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 07/06/2024 às 09:23:59.
Documento Nº: 4078829.36124699-4097 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4078829.36124699-4097>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 18/06/2024 às 15:16:22.
Documento Nº: 4139074.36214172-2995 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4139074.36214172-2995>



5

SIGA



SIGA



TRF2EDT202400103A

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

a) habilitados, inclusive candidatos(as) deficientes, negros(as) e índios(as), em ordem alfabética, contendo: número de inscrição, nome, número do documento de identidade e CPF e classificação, contemplando a cota de gênero feminino;

b) habilitados, inclusive candidatos(as) deficientes, negros(as) e índios(as), em ordem de classificação, contendo os mesmos dados da lista anterior;

c) lista de escores e notas: relação de candidatos(as) inscritos(as), em ordem alfabética contendo número de inscrição, nome, número do documento de identidade e CPF, notas das provas, total de pontos e classificação;

d) candidatos(as) deficientes habilitados(as) em ordem alfabética, contendo número de inscrição, nome, número do documento de identidade e CPF e classificação;

e) candidatos(as) deficientes habilitados(as) em ordem classificatória, contendo número de inscrição, nome, número do documento de identidade e CPF e classificação;

f) candidatos(as) negros(as) habilitados(as) em ordem alfabética, contendo número de inscrição, nome, número do documento de identidade e CPF e classificação;

g) candidatos(as) negros(as) habilitados(as) em ordem classificatória, contendo número de inscrição, nome, número do documento de identidade e CPF e classificação;

h) candidatos(as) índios(as) habilitados(as) em ordem alfabética, contendo número de inscrição, nome, número do documento de identidade e CPF e classificação;

i) candidatos(as) índios(as) habilitados(as) em ordem classificatória, contendo número de inscrição, nome, número do documento de identidade e CPF e classificação;

j) candidatas do gênero feminino habilitadas em ordem alfabética, contendo número de inscrição, nome, número do documento de identidade e CPF e classificação;

k) candidatas do gênero feminino habilitadas em ordem classificatória, contendo número de inscrição, nome, número do documento de identidade e CPF e classificação;

l) relação dos(as) candidatos(as) habilitados(as), em ordem alfabética e em ordem classificatória (com os critérios de desempate aplicados e notas por matéria) de todos(as) os(as) candidatos(as) inscritos(as) (aprovados(as), eliminados(as) e faltosos(as)). Delas deverão constar: nome completo, número de inscrição, número do documento de identidade (com órgão expedidor), número do CPF, endereço completo atualizado (incluindo CEP e telefone), além do endereço eletrônico do(a) candidato(a); e

m) estatística dos(as) inscritos(as), isentos(as), presentes, ausentes e habilitados(as).

3.3. A Contratada encaminhará diretamente ao Contratante uma listagem única dos(as) candidatos(as) constantes das listagens homologatórias do resultado final do concurso,



Assinado com senha por JOSÉ LUIZ DE ABREU MACEDO - 05/06/2024 às 10:55:12.
Documento Nº: 4123905-41 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4123905-41>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 07/06/2024 às 09:23:59.
Documento Nº: 4078829.36124699-4097 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4078829.36124699-4097>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 18/06/2024 às 15:16:22.
Documento Nº: 4139074.36214172-2995 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4139074.36214172-2995>

6



SIGA



SIGA



TRF2EDT202400103A

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

contendo número de inscrição, nome, número do documento de identidade e CPF, lista RJ ou ES e classificação, que deverá ser emitida em arquivo digital, em mídia física, formato CSV.

3.4. A Contratada deverá enviar ao Contratante, as fichas de inscrição, em ordem alfabética, bem como os laudos médicos enviados pelos(as) candidatos(as) com deficiência.

3.5. A Contratada deverá emitir cópias de todos os dados relativos ao Concurso, endereçando-as ao Setor competente do Contratante.

3.6. Todos os resultados deverão ser divulgados pela Contratada, em seu sítio eletrônico, com busca por nome, CPF ou número de inscrição.

3.7. A Contratada se responsabilizará por deslocamento, transporte, encargos, impostos e outros.

3.7.1 A Contratada arcará com todas as despesas decorrentes do deslocamento do pessoal de apoio, de coordenação e fiscalização, de transporte de todo o material relativo ao concurso e outras despesas afins.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

4.1 REQUISITOS TÉCNICOS E DE QUALIDADE

4.1.1 - Natureza do Bem: Serviço Comum.

4.1.2 - Requisitos mínimos de serviço:

4.1.2.1. Etapas do concurso:

O processo seletivo será realizado em etapa única, com prova objetiva e discursiva, conforme discriminado a seguir:

Cargo: Residente Jurídico		
Provas	Número de questões	Caráter
Objetiva (Conhecimentos Específicos)	60 (sessenta) (15 questões por bloco) (cada questão valendo 1 ponto)	Classificatório e Eliminatório
	Total: 60 (sessenta) pontos	
Discursiva	02 (duas) (cada questão valendo 20 pontos)	Classificatório e Eliminatório



Assinado com senha por JOSÉ LUIZ DE ABREU MACEDO - 05/06/2024 às 10:55:12.
Documento Nº: 4123905-41 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4123905-41>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 07/06/2024 às 09:23:59.
Documento Nº: 4078829.36124699-4097 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4078829.36124699-4097>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 18/06/2024 às 15:16:22.
Documento Nº: 4139074.36214172-2995 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4139074.36214172-2995>



SIGA



SIGA



SIGA



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

	Total: 40 (quarenta) pontos
Total de pontos	100 (cem) pontos

4.1.2.2 Correção das Provas Discursivas

Somente serão corrigidas pela Contratante as provas discursivas dos candidatos(as) habilitados(as) e mais bem classificados(as) na prova objetiva, nos limites abaixo discriminados, acrescidos dos empates na última posição, bem como as de todos os inscritos como candidatos(as) indígenas e com deficiência habilitados(as) na prova objetiva, e ainda as de todos(as) os(as) candidatos(as) negros(as):

Cargo: Residente Jurídico	
LISTA GERAL	
Estado do RIO DE JANEIRO	Estado do ESPÍRITO SANTO
até 339ª posição	até 81ª posição

4.1.2.3. Disciplinas/Conteúdo das Provas

O conteúdo das provas abrangerá as disciplinas discriminadas abaixo e especificadas no Edital do certame.

Cargo: RESIDENTE JURÍDICO	
PROVAS	• CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
	Bloco I
	Direito Constitucional
	Direitos Humanos
	Bloco II
	Direito Administrativo
	Direito Financeiro e Tributário
	Direito Previdenciário



Assinado com senha por JOSÉ LUIZ DE ABREU MACEDO - 05/06/2024 às 10:55:12.
Documento Nº: 4123905-41 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4123905-41>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 07/06/2024 às 09:23:59.
Documento Nº: 4078829.36124699-4097 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4078829.36124699-4097>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 18/06/2024 às 15:16:22.
Documento Nº: 4139074.36214172-2995 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4139074.36214172-2995>

8



SIGA



SIGA



TRF2EDT202400103A

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

Bloco III

Direito Civil

Direito Processual Civil

Bloco IV

Direito Penal

Direito Processual Penal

• DISCURSIVA

4.1.2.3.1 Critérios para desempate:

Para efeito de desempate serão utilizados os critérios previstos no art. 18, da Resolução CJF nº 246/2013, quais sejam:

I - idade igual ou superior a 60 anos, completados até o último dia de inscrição no concurso;

II - maior pontuação nas provas realizadas, conforme se dispuser em edital;

III - exercício efetivo da função de jurado, nos termos da Lei Federal nº 11.689, de 9 de junho de 2008;

IV - maior idade;

V - maior tempo de serviço voluntário comprovado em atividades de conciliação no âmbito da Justiça Federal.

4.1.2.4. Dos editais e da divulgação

4.1.2.4.1. Elaborar e submeter à aprovação prévia do Contratante os editais e comunicados a seguir relacionados:

a) edital de abertura das inscrições;

b) convocação para as provas;

c) edital de resultados finais das provas;

d) divulgação dos resultados da avaliação dos recursos; e

e) O resultado final deste Processo Seletivo Público será divulgado em 05 (cinco) listas, para o TRF2 e para cada uma das Seções Judiciárias, a saber: a) resultado final, ampla concorrência de todos(as) os(as) candidatos(as) aprovados(as), incluindo os(as) candidatos(as) nas condições de pessoa com deficiência e negros(as) e indígenas; b) resultado final dos(as) candidatos(as) aprovados(as) nas condições de pessoas com deficiência; c) resultado final dos(as) candidatos(as) aprovados(as) nas condições de negros(as); d) resultado final dos(as) candidatos(as) aprovados(as) nas condições de indígenas e) resultado final do gênero feminino;



Assinado com senha por JOSÉ LUIZ DE ABREU MACEDO - 05/06/2024 às 10:55:12.
Documento Nº: 4123905-41 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4123905-41>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 07/06/2024 às 09:23:59.
Documento Nº: 4078829.36124699-4097 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4078829.36124699-4097>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 18/06/2024 às 15:16:22.
Documento Nº: 4139074.36214172-2995 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4139074.36214172-2995>

9



SIGA



SIGA



TRF2EDT202400103A

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

f) edital de homologação do concurso;

g) demais editais e comunicados que se fizerem necessários.

4.1.2.4.2. Preparar e formatar os editais relacionados no subitem 4.1.2.4.1, e de acordo com a formatação e dimensões que atendam às exigências da Imprensa Nacional, a fim de que o Contratante possa publicá-los no Diário Eletrônico da Justiça Federal da 2ª Região.

4.1.2.4.3. Publicar no sítio eletrônico da Contratada todos os editais e comunicados relacionados no subitem 4.1.2.4.1, na mesma data prevista para a publicação no e-DJF2R, bem como outros editais e comunicados pertinentes ao concurso que não precisem ser publicados no Diário Eletrônico da Justiça Federal da 2ª Região.

4.1.2.4.4. Preparar e formatar para o Contratante a republicação de quaisquer dos editais e comunicados previstos no subitem 4.1.2.4.1, em caso de incorreção.

4.1.2.4.5. As publicações constantes dos subitens anteriores deverão ser realizadas conforme datas previstas no cronograma de atividades.

4.1.2.4.6. Divulgar aviso com as informações pertinentes ao Edital de Abertura de Inscrições, em um jornal de grande circulação nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo.

4.1.2.4.7 - Divulgar comunicados em jornais especializados em concurso.

4.1.2.4.8 - Fornecer cartazes para divulgação do concurso.

4.1.2.4.9 - Responsabilizar-se pelo processo de inscrição utilizando-se de seu sítio eletrônico.

4.1.2.5. Das inscrições

4.1.2.5.1. As inscrições para o concurso público deverão ser abertas pelo período mínimo de 20 (vinte) dias e efetuadas exclusivamente no sítio eletrônico da Contratada, que deverá estar disponível 24 (vinte e quatro) horas, ininterruptamente, durante todo o período de inscrição.

4.1.2.5.2. O valor da taxa de inscrição fixado pelo Contratante deverá ser depositado pelo (a) candidato(a), em conta específica do Tesouro Nacional, mediante recolhimento por meio da GRU Cobrança (Guia de Recolhimento da União).

4.1.2.5.3. O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido em hipótese alguma, salvo em caso de anulação do certame ou do seu cancelamento por conveniência da Administração Pública.

4.1.2.5.4. Não se dispensará o pagamento da taxa de inscrição, exceto nos casos de isenção previstos na Lei Federal nº 13.656/2018.

4.1.2.5.4.1. A análise dos pedidos de isenção e dos eventuais recursos será de responsabilidade da Contratada, que encaminhará ao Contratante relatório detalhado no prazo de 05 (cinco) dias úteis após o encerramento das inscrições.

4.1.2.5.5. As inscrições observarão as disposições que se seguem:



Assinado com senha por JOSÉ LUIZ DE ABREU MACEDO - 05/06/2024 às 10:55:12.
Documento Nº: 4123905-41 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4123905-41>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 07/06/2024 às 09:23:59.
Documento Nº: 4078829.36124699-4097 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4078829.36124699-4097>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 18/06/2024 às 15:16:22.
Documento Nº: 4139074.36214172-2995 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4139074.36214172-2995>

10



SIGA



SIGA



TRF2EDT202400103A

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

a) no ato da inscrição, o(a) candidato(a) deverá indicar, em campo próprio, a opção pelo local de realização da prova e localidade para a qual concorrerá às vagas;

b) a formalização da inscrição implicará a aceitação, pelo(a) candidato(a), de todas as regras e condições estabelecidas no edital de abertura de inscrições e somente se concretizará com o preenchimento de todos os campos contidos na ficha de inscrição e com a confirmação do pagamento da taxa;

c) os dados ou informações e eventuais documentos fornecidos pelo(a) candidato(a) serão considerados de sua inteira responsabilidade;

d) a inscrição de candidatos(as) portadores(as) de deficiência obedecerá aos mesmos procedimentos descritos nos itens anteriores;

e) no ato da inscrição, o(a) candidato(a) portador(a) de deficiência deverá declarar sua condição e estar ciente das atribuições do cargo, devendo remeter à instituição realizadora laudo médico original ou cópia autenticada em Cartório, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças – CID, bem como a provável causa da deficiência;

f) o(a) candidato(a) com deficiência poderá solicitar condições especiais para a realização das provas, conforme previsto no art. 4º do Decreto Federal nº 9.508/2018.

4.1.2.6. Dos(as) candidatos(as) com deficiência

4.1.2.6.1. Em obediência ao disposto nos Decretos Federais nºs 5.296/2004, 3.298/1999 e 9.508/2018, na Lei Federal nº 8.112/1990, art. 5º, § 2º, e na Resolução C/JF nº 246/2013, será reservado às pessoas com deficiência o percentual de 10% (dez por cento) das vagas existentes ou que vierem a surgir.

4.1.2.6.2. Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas, nos termos do art. 2º da Lei Federal nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), do art. 1º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas (aprovada pelo Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, e incorporada pelo Decreto Federal nº 6.949, de 25 de agosto de 2009), da Lei Federal nº 12.764/2012 (regulamentada pelo Decreto Federal nº 8.368/2014), e da Lei Federal nº 14.126/2021 (pessoa com visão monocular), nos parâmetros estabelecidos nos arts. 3º e 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, com as alterações introduzidas pelo Decreto Federal nº 5.296/2004, Decreto Federal nº 8.368/2014 (pessoa com transtorno do espectro autista), Súmula STJ nº 377 e demais normas vigentes sobre o tema até a publicação do edital.

4.1.2.6.3. Previamente à contratação, o(a) candidato(a) será submetido(a) à avaliação da Junta Médica do Tribunal Regional Federal ou das Seções Judiciárias da Segunda Região, no prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da convocação, com o objetivo de verificar se a deficiência se enquadra na previsão do art. 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 1999, com as alterações introduzidas pelo Decreto Federal nº 5.296, de 2 de



Assinado com senha por JOSÉ LUIZ DE ABREU MACEDO - 05/06/2024 às 10:55:12.
Documento Nº: 4123905-41 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4123905-41>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 07/06/2024 às 09:23:59.
Documento Nº: 4078829.36124699-4097 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4078829.36124699-4097>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 18/06/2024 às 15:16:22.
Documento Nº: 4139074.36214172-2995 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4139074.36214172-2995>

11



SIGA



SIGA



TRF2EDT202400103A

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

dezembro de 2004, e alterações, na situação prevista no Decreto Federal nº 8.368, de 02 de dezembro de 2014 (pessoa com transtorno do espectro autista), a Súmula STJ nº 377 e na Lei Federal nº 14.126, de 22 de março de 2021 (pessoa com visão monocular).

4.1.2.7. Do preenchimento de vagas para candidatos(as) com deficiência

4.1.2.7.1. As vagas reservadas aos(as) candidatos(as) com deficiência que não forem providas por falta de candidatos(as), por reprovação no concurso ou por não enquadramento como deficiente na perícia médica, serão preenchidas pelos(as) demais candidatos(as) habilitados(as), com estrita observância da ordem classificatória.

4.1.2.7.2. Os(As) candidatos(as) com deficiência participarão em igualdade de condições com os(as) demais candidatos(as), no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas.

4.1.2.8. Dos(as) candidatos(as) negros(as)

4.1.2.8.1. No prazo de validade do concurso, das vagas existentes ou que vierem a surgir, será reservado o percentual de 30% (trinta por cento) para candidatos(as) negros(as), na forma da Resolução CNJ nº 203, de 23 de junho de 2015.

4.1.2.8.2. Caso a aplicação do percentual de que trata o subitem anterior (subitem 4.1.2.8.1) resulte em número fracionado, este será elevado até o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior que 0,5 (cinco décimos), ou diminuído para o número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5 (cinco décimos), nos termos do § 2º do art. 2º da Resolução CNJ nº 203/2015.

4.1.2.8.3. Para concorrer às vagas reservadas, o(a) candidato(a) deverá, no ato da inscrição, optar por concorrer às vagas reservadas aos(as) negros(as), preenchendo a autodeclaração de que é preto(a) ou pardo(a), conforme quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

4.1.2.8.4. Os(As) candidatos(as) que se autodeclararem pretos(as) ou pardos(as) serão convocados(as) pelo Contratante para verificação da veracidade de sua declaração, nos termos do parágrafo único do art. 2º da Lei Federal nº 12.990/2014.

4.1.2.9. Do preenchimento de vagas para candidatos(as) negros(as)

4.1.2.9.1. Os(As) candidatos(as) negros(as) concorrerão concomitantemente às vagas a eles(as) reservadas, às vagas destinadas à ampla concorrência e poderão optar por concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência, se atenderem a esta condição, de acordo com a sua classificação no concurso.

4.1.2.9.2. Os(As) candidatos(as) negros(as) aprovados(as) para as vagas destinadas à ampla concorrência não preencherão as vagas reservadas a candidatos(as) negros(as).

4.1.2.9.3. Em caso de desistência de candidato(a) negro(a) integrante da lista específica (negros(as)), a vaga será preenchida pelo(a) candidato(a) negro(a) posteriormente classificado(a).

4.1.2.9.4. Na hipótese de não haver candidatos(as) negros(as) aprovados(as) em número suficiente para que sejam ocupadas as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para ampla concorrência e serão preenchidas pelos(as) demais candidatos(as) aprovados(as), observada a ordem de classificação no concurso.



Assinado com senha por JOSÉ LUIZ DE ABREU MACEDO - 05/06/2024 às 10:55:12.
Documento Nº: 4123905-41 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4123905-41>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 07/06/2024 às 09:23:59.
Documento Nº: 4078829.36124699-4097 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4078829.36124699-4097>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 18/06/2024 às 15:16:22.
Documento Nº: 4139074.36214172-2995 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4139074.36214172-2995>

12



SIGA



SIGA



TRF2EDT202400103A

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

4.1.2.10. Da responsabilidade pela autodeclaração

4.1.2.10.1. As informações prestadas no momento da inscrição são de inteira responsabilidade do(a) candidato(a), devendo este(a) responder por qualquer falsidade.

4.1.2.10.2. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o(a) candidato(a) será eliminado(a) do concurso e, se tiver sido nomeado(a), ficará sujeito(a) à anulação da sua admissão ao serviço público, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

4.1.2.11. Da alternância e proporcionalidade nas contratações

A contratação dos(as) candidatos(as) aprovados(as) respeitará os critérios de alternância e de proporcionalidade, que consideram a relação entre o número total de vagas e o número de vagas reservadas a candidatos(as) com deficiência, aos(as) candidatos(as) negros(as), a candidatos(as) indígenas e, ainda, as do gênero feminino.

4.1.2.12. Da concomitância de candidatos(as) em listas específicas

4.1.2.12.1. O(A) candidato(a) negro(a) integrante das listas específicas, para negros(as) e para deficientes, convocado(a) concomitantemente para o provimento do cargo, deverá manifestar opção por uma das vagas.

4.1.2.12.2. Na hipótese de que trata este subitem, caso os(as) candidatos(as) não se manifestem previamente quanto ao direito à opção, serão nomeados(as) dentro das vagas destinadas aos(as) negros(as).

4.1.2.12.3. Na hipótese de o(a) candidato(a) aprovado(a), tanto na condição de negro(a) quanto na de pessoa com deficiência, ser convocado(a) primeiramente para o provimento de vaga destinada a candidato(a) negro(a), ou optar por essa hipótese do subitem 4.1.2.12.1, fará jus aos mesmos direitos e benefícios despendidos ao candidato com deficiência.

4.1.2.13. Dos(as) candidatos(as) indígenas

4.1.2.13.1. No prazo de validade do concurso, das vagas existentes ou que vierem a surgir, será reservado o percentual de 3% (três por cento) para candidatos(as) indígenas, na forma da Resolução CNJ nº 512, de 30 de junho de 2023.

4.1.2.13.2. Caso a aplicação do percentual de que trata o subitem anterior (subitem 4.1.2.13.1) resulte em número fracionado, este esse será aumentado para o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior que 0,5 (cinco décimos); ou diminuído para número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5 (cinco décimos), nos termos do § 2º do art. 2º da Resolução CNJ nº 512/2023.

4.1.2.13.3. Para concorrer às vagas reservadas, o(a) candidato(a) deverá, no ato da inscrição, optar por concorrer às vagas reservadas aos(as) indígenas, preenchendo a autodeclaração, conforme o quesito raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), independentemente de residir ou não em terra indígena.

4.1.2.13.4. Os(As) candidatos(as) que se autodeclararem indígenas serão convocados (as) pelo Contratante para verificação da veracidade de sua declaração, nos termos do § 2º do art. 7º da Resolução CNJ nº 512/2023.



Assinado com senha por JOSÉ LUIZ DE ABREU MACEDO - 05/06/2024 às 10:55:12.
Documento Nº: 4123905-41 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4123905-41>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 07/06/2024 às 09:23:59.
Documento Nº: 4078829.36124699-4097 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4078829.36124699-4097>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 18/06/2024 às 15:16:22.
Documento Nº: 4139074.36214172-2995 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4139074.36214172-2995>

13



SIGA



SIGA



TRF2EDT202400103A

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

4.1.2.13.5. Além da autodeclaração, será necessário apresentar declaração de pertencimento a comunidade indígena, assinada por, pelo menos, 03 (três) integrantes indígenas da respectiva etnia.

4.1.2.14. Do preenchimento de vagas para candidatos(as) indígenas

4.1.2.14.1. Os(As) candidatos(as) indígenas aprovados(as) para as vagas destinadas à ampla concorrência não preencherão as vagas reservadas a candidatos(as) indígenas.

4.1.2.14.2. Em caso de desistência de candidato(a) indígena integrante da lista específica, a vaga será preenchida pelo(a) candidato(a) indígena posteriormente classificado(a).

4.1.2.14.3. Na hipótese de não haver candidatos(as) indígenas aprovados(as) em número suficiente para ocupar as vagas reservadas, as remanescentes serão revertidas para a cota étnico racial e, posteriormente, para a vaga reservada para pessoas com deficiência. Na impossibilidade também de preenchimento dessas últimas, as vagas ainda remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e serão preenchidas pelos(as) demais candidatos(as) aprovados(as), observada a ordem de classificação.

4.1.2.15. Da responsabilidade pela autodeclaração

4.1.2.15.1. As informações prestadas no momento da inscrição são de inteira responsabilidade do(a) candidato(a), devendo este(a) responder por qualquer falsidade.

4.1.2.15.2. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o(a) candidato(a) será eliminado(a) do concurso e, se tiver sido nomeado(a), ficará sujeito(a) à anulação da sua admissão ao serviço público, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

4.1.2.16. Da alternância e proporcionalidade nas contratações

A contratação dos(as) candidatos(as) aprovados(as) respeitará os critérios de alternância e de proporcionalidade, que consideram a relação entre o número total de vagas e o número de vagas reservadas a cotas étnico-raciais ou a pessoas com deficiência, indígenas e do gênero feminino.

4.1.2.17. Da concomitância de candidatos(as) em listas específicas

4.1.2.17.1. Além das vagas de que trata o caput, os(as) candidatos(as) indígenas poderão optar por concorrer às vagas reservadas a pessoas com deficiência, se atenderem a essa condição, de acordo com a sua classificação no concurso.

4.1.2.18. Do nome social

Deverá ser prevista a observância do nome social, nos termos do Decreto Federal nº 8.727/2016 e da Resolução CNJ nº 270/2018.

4.1.3. Da produção de materiais relativos à inscrição

Elaborar e disponibilizar no sítio eletrônico da Contratada, com opção para impressão, os seguintes materiais:



Assinado com senha por JOSÉ LUIZ DE ABREU MACEDO - 05/06/2024 às 10:55:12.
Documento Nº: 4123905-41 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4123905-41>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 07/06/2024 às 09:23:59.
Documento Nº: 4078829.36124699-4097 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4078829.36124699-4097>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 18/06/2024 às 15:16:22.
Documento Nº: 4139074.36214172-2995 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4139074.36214172-2995>

14



SIGA



SIGA



TRF2EDT202400103A

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

a) edital de abertura de inscrições, cronograma, conteúdo programático e outras informações de interesse dos(as) candidatos(as);

b) instruções para o recolhimento da taxa de inscrição por meio da GRU Cobrança (Guia de Recolhimento da União), bem como a respectiva opção de preenchimento *on-line* e posterior impressão;

c) comprovante definitivo de inscrição após confirmação do recolhimento da taxa.

4.1.4. Do cadastramento dos(as) candidatos(as)

4.1.4.1. Compor cadastro geral de candidatos(as) inscritos(as), a partir das informações fornecidas nas inscrições.

4.1.4.2. Elaborar lista de candidatos(as) inscritos(as) em ordem alfabética, contendo os seguintes dados: número de inscrição, nome do(a) candidato(a), número do documento de identidade, horário e local onde farão as provas.

4.1.4.2.1. As listas constantes do subitem anterior, elaboradas em meio eletrônico, deverão ser remetidas ao Contratante, em até 10 (dez) dias antes da realização da prova.

4.1.4.3. Encaminhar ao Contratante, em até 10 (dez) dias corridos do encerramento das inscrições, relatório de dados estatísticos, contendo: número de candidatos(as) inscritos(as), número de candidatos(as) inscritos(as) com deficiência, negros(as) e indígenas, e número de candidatos(as) que efetivaram o pagamento da inscrição, considerando a questão do gênero.

4.1.4.4. Durante o processo seletivo, os(as) candidatos(as) deverão encaminhar as alterações de endereço para a instituição realizadora, que as comunicará ao Contratante após o encerramento do certame.

4.1.5. Do atendimento aos(as) candidatos(as)

4.1.5.1. Prestar pronto atendimento a candidatos(as) ou terceiros (pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas) no esclarecimento de dúvidas quanto aos regulamentos do concurso, tornando disponíveis, para tanto: pessoas, linha telefônica, correio eletrônico (e-mail) e convencional, sítio eletrônico, etc.

4.1.5.2. Colocar à disposição dos(as) candidatos(as) equipe de atendimento treinada, a fim de orientá-los(as), por meio de *e-mail*, telefone ou pessoalmente, sem quaisquer ônus para os(as) candidatos(as).

4.1.5.3. Os questionamentos formulados pelos(as) candidatos(as) deverão ser respondidos em tempo hábil para garantir a sua participação nas etapas relacionadas à consulta e encaminhados à contratante.

4.1.5.4. Encaminhar cartão de convocação para a realização da prova (objetiva/discursiva) a todos(as) os(as) candidatos(as) inscritos(as), contendo: nome, número do documento de identidade, local de realização das provas, número de inscrição, característica da vaga (ampla concorrência ou reservada a pessoa com deficiência ou negros(as) ou indígenas), Estado para o qual concorre e Estado de realização da prova.



Assinado com senha por JOSÉ LUIZ DE ABREU MACEDO - 05/06/2024 às 10:55:12.
Documento Nº: 4123905-41 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4123905-41>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 07/06/2024 às 09:23:59.
Documento Nº: 4078829.36124699-4097 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4078829.36124699-4097>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 18/06/2024 às 15:16:22.
Documento Nº: 4139074.36214172-2995 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4139074.36214172-2995>

15



SIGA



SIGA



SIGA



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

4.1.5.5. Os cartões deverão ser encaminhados por meio do endereço de correio eletrônico (*e-mail*), indicado pelo(a) candidato(a) na ficha de inscrição.

4.1.5.6. Disponibilizar no sítio eletrônico da Contratada consulta ao local de provas por nome e/ou CPF do(a) candidato(a), permitindo-lhe obter informações idênticas às contidas no cartão de que trata o subitem 4.1.5.4.

4.1.5.7. O(A) candidato(a) é inteiramente responsável por informar corretamente seu *e-mail*.

4.1.6. Das provas

4.1.6.1. Aplicar a prova objetiva/discursiva, conforme estabelecido no subitem 4.1.2.3.

4.1.6.2. A prova discursiva deverá observar os limites mínimo de 10 (dez) linhas e máximo 15 (quinze) linhas por questão.

4.1.7. Da identificação dos(as) candidatos(as)

4.1.7.1. Deverá ser adotado mecanismo de coleta de impressão digital de todos(as) os (as) candidatos(as) que permita à Contratada, por ocasião da convocação para a posse, certificar ao Contratante se candidato(a) e empossando(a) são a mesma pessoa.

4.1.7.2. As folhas de respostas das questões das provas objetivas deverão ser personalizadas e identificadas de modo a se vincularem ao mecanismo de identificação previsto no subitem 4.1.7.1.

4.1.7.3. A prova discursiva será realizada em formulário próprio, personalizado e identificado por meio de mecanismo de segurança, obrigatoriamente à tinta indelével, na quantidade de linhas prevista no subitem 4.1.6.2.

4.1.7.4. Deverá ser retirada da prova discursiva identificação pessoal do candidato, por qualquer meio, à exceção do mecanismo de segurança previsto no subitem anterior.

4.1.8. Dos gabaritos das provas

Os gabaritos das provas objetivas deverão ser divulgados no sítio eletrônico da Contratada, conforme data estabelecida no cronograma definitivo.

4.1.9. Da aplicação das provas.

4.1.9.1. A prova objetiva/discursiva deverá ser realizada no mesmo dia.

4.1.9.2. A prova objetiva/discursiva será realizada na cidade do Rio de Janeiro, para os (as) candidatos(as) que optarem por concorrer as vagas do Estado do Rio de Janeiro, e na cidade de Vitória, para os(as) candidatos(as) que optarem por concorrer as vagas do Estado do Espírito Santo, conforme opção de cidade de realização da prova objetiva/discursiva indicada pelo(a) candidato(a).

4.1.9.3. Os locais de aplicação das provas deverão ser selecionados entre aqueles que possuam infraestrutura adequada para permitir a boa acomodação física dos(as) candidatos(as), facilidade de acesso, inclusive pelos(as) portadores(as) de deficiência, e sinalização para orientar a movimentação dos(as) candidatos(as) no dia das provas.



Assinado com senha por JOSÉ LUIZ DE ABREU MACEDO - 05/06/2024 às 10:55:12.
Documento Nº: 4123905-41 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4123905-41>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 07/06/2024 às 09:23:59.
Documento Nº: 4078829.36124699-4097 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4078829.36124699-4097>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 18/06/2024 às 15:16:22.
Documento Nº: 4139074.36214172-2995 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4139074.36214172-2995>

16



SIGA



SIGA



SIGA



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

4.1.10. Do pessoal

4.1.10.1. A Contratada deverá selecionar e capacitar os fiscais, que atuarão na aplicação dos instrumentos de avaliação, inclusive com treinamento específico para proceder à identificação dos(as) candidatos(as).

4.1.10.2. A Contratada deverá disponibilizar equipe para aplicação das provas composta, no mínimo, por: 01 (um) coordenador por local de prova, 01 (um) fiscal para cada 20 (vinte) candidatos(as) e, no mínimo, 02 (dois) por sala, 03 (três) fiscais para acompanhar os(as) candidatos(as) ao banheiro e ao bebedouro, para cada grupo de até 300 (trezentos(as)) candidatos(as), bem como serventes e seguranças, em número suficiente ao atendimento das eventuais necessidades.

4.1.10.3. A Contratada deverá disponibilizar, em cada cidade de aplicação da prova, pelo menos 01 (um) representante qualificado de seu quadro de pessoal para coordenar a aplicação das provas.

4.1.10.4. A Contratada deverá dispor de assessoria técnica, jurídica e linguística em todas as etapas do Concurso Público, para fins de elaboração de editais, comunicados, instruções aos(as) candidatos(as) e demais informações necessárias.

4.1.10.5. A Contratada deverá indicar um representante que será responsável pelo atendimento direto ao Contratante para dirimir questões referentes ao concurso.

4.1.10.6. A Contratada deverá providenciar ambulância equipada durante a aplicação da prova objetiva/discursiva.

4.1.12. Dos recursos

4.1.12.1. A Contratada deverá dispor de profissionais legalmente habilitados para receber, analisar e responder aos eventuais recursos administrativos e ações judiciais interpostas por candidatos(as) ou por terceiros (pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas), referentes ao concurso público.

4.1.12.2. A interposição de recursos dar-se-á por meio de formulário próprio, disponível no sítio eletrônico da Contratada, com o preenchimento e envio *on-line* para a Contratada, mediante recibo.

4.1.12.3. Em relação às provas, serão admitidos recursos quanto:

- à sua aplicação;
- às suas questões e seus gabaritos preliminares;
- ao seu resultado.

4.1.12.4. Demais orientações que se fizerem necessárias serão definidas em conjunto com o Contratante e constarão nos respectivos editais.

4.1.13. Subsídio jurídico



Assinado com senha por JOSÉ LUIZ DE ABREU MACEDO - 05/06/2024 às 10:55:12.
Documento Nº: 4123905-41 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4123905-41>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 07/06/2024 às 09:23:59.
Documento Nº: 4078829.36124699-4097 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4078829.36124699-4097>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 18/06/2024 às 15:16:22.
Documento Nº: 4139074.36214172-2995 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4139074.36214172-2995>

17



SIGA



SIGA



TRF2EDT202400103A

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

Em caso de ações judiciais que venham a ser propostas em face do Contratante, referentes ao Certame Público, a Contratada deverá fornecer subsídio jurídico, quanto à elaboração de respostas às demandas propostas, durante todo o processo de vigência do certame.

4.1.14. Dos mecanismos de segurança

4.1.14.1. Os cadernos de provas serão lacrados e acondicionados em envelopes de plástico opaco, com lacre inviolável, selado com dispositivo próprio (aba autocolante), de forma a não permitir abertura involuntária, sem danificar a embalagem. Sobre essa dobra deverá ser aposta uma etiqueta de segurança com numeração sequencial.

4.1.14.1.1. Os envelopes de plástico opaco e os lacres invioláveis deverão ser fornecidos pela contratada à contratante.

4.1.14.2. Os envelopes de que trata o subitem anterior deverão ser identificados com etiqueta autoadesiva contendo as informações da quantidade de cadernos de provas, tipo de prova, sala, endereço de destino, cidade, CEP etc.

4.1.14.3. Deverá ser proibido, nas salas em que serão aplicadas as provas, o acesso de candidatos(as) portando qualquer tipo de equipamento eletrônico.

4.1.14.4. A Contratada deverá adotar detectores de metais em todos os banheiros e salas em que forem aplicadas as provas.

4.1.14.5. Além do estipulado no Termo de Referência, a Contratada deverá dispor de todos os meios necessários para assegurar absoluto sigilo e segurança em todo o certame.

4.2 REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE:

A Contratada deverá respeitar e cumprir todas as disposições da legislação ambiental vigente, responsabilizando-se perante o Contratante, os Órgãos Ambientais e terceiros, por todo e qualquer dano ou prejuízo que porventura cause ao Meio Ambiente.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (RESULTADOS ESPERADOS):

5.1. Permitir que ao final do prazo previsto no Termo de Referência com a conclusão do concurso ter a relação de candidatos(as) para homologação do curso.

5.2. Durante o prazo de validade do contrato ter todo o suporte técnico e jurídico da empresa para solucionar eventuais demandas administrativas ou judiciais.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

6.1. Após emissão do empenho, será agendada reunião para definição do período de realização do concurso, incluindo publicação do Edital, período de inscrições e data da prova objetiva/discursiva.

6.2. A execução do contrato será acompanhada pela comissão e/ou por servidor(a) designado(a) para fiscalizar todas as etapas do concurso até a homologação do resultado final.

6.3. A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.



Assinado com senha por JOSÉ LUIZ DE ABREU MACEDO - 05/06/2024 às 10:55:12.
Documento Nº: 4123905-41 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4123905-41>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 07/06/2024 às 09:23:59.
Documento Nº: 4078829.36124699-4097 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4078829.36124699-4097>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 18/06/2024 às 15:16:22.
Documento Nº: 4139074.36214172-2995 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4139074.36214172-2995>

18



SIGA



SIGA



TRF2EDT202400103A

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO:

7.1. O valor total da contratação da empresa para realização do concurso será pago à vista da apresentação da nota fiscal e o ateste, pelo(s) fiscal(is) do contrato, após a realização de cada etapa prevista para pagamento, conforme discriminado abaixo:

7.1.1. 1ª parcela: 50% (cinquenta por cento) do valor contratado, após a aplicação das prova objetiva/discursiva;

7.1.2. 2ª parcela: 50% (cinquenta por cento) do valor contratado, após a publicação do resultado final.

7.2. Para a efetivação do pagamento, deverão ocorrer a apresentação da nota fiscal e o ateste, pelo(s) fiscal(is) do contrato, da realização de cada etapa prevista para pagamento.

7.3. O valor total a ser pago pelo TRF2 à CONTRATADA será equivalente ao número de candidatos efetivamente inscritos multiplicado pelos custos unitários informados no Anexo constante do Edital.

7.4. O pagamento será efetuado após a entrega do objeto, conforme cronograma previsto, à vista do documento fiscal apresentado, obedecida a ordem cronológica, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela Contratada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da liquidação da despesa, quando se tratar de valor igual ou inferior a R\$ R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos), ou em até 10 (dez) dias úteis contados a partir da liquidação da despesa, para valor superior a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos).

7.4.1. A liquidação da despesa deverá ser realizada nos mesmos prazos, contados do recebimento do documento fiscal, de acordo com os valores acima descritos, após a certificação do cumprimento da obrigação.

7.4.2 - Para fins do disposto no item 7.4, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.

7.5 - O documento fiscal deverá ser entregue na Subsecretaria de Controle de Custos de Compras e Contratos, situada na Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro, de segunda a sexta-feira, no horário das 12h às 17h, acompanhado dos documentos abaixo discriminados, devendo também ser enviado eletronicamente ao e-mail notafiscal@trf2.jus.br.

8. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

A contratação dar-se-á a partir da realização de processo licitatório, pela modalidade Pregão, na forma eletrônica, conforme determinação constante do TRF2-DES-2024/14660.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

O custo estimado será o indicado em planilha anexa ao Edital ou ao Aviso de Dispensa.



Assinado com senha por JOSÉ LUIZ DE ABREU MACEDO - 05/06/2024 às 10:55:12.
Documento Nº: 4123905-41 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4123905-41>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 07/06/2024 às 09:23:59.
Documento Nº: 4078829.36124699-4097 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4078829.36124699-4097>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 18/06/2024 às 15:16:22.
Documento Nº: 4139074.36214172-2995 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4139074.36214172-2995>

19



SIGA



SIGA



TRF2EDT202400103A

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

A presente contratação encontra respaldo institucional conforme previsão na Programação Orçamentária.

11. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR):

11.1 A contratada, durante a execução do contrato, ficará sujeita à glosa, variável de acordo com a gravidade dos casos a seguir:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	Glosa de 0,5% sobre o valor global do contrato
2	Glosa de 1% sobre o valor global do contrato
3	Glosa de 2,5% sobre o valor global do contrato
4	Glosa de 5% sobre o valor global do contrato

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Descumprir prazo do cronograma oficial sem anuência do Contratante, que acarrete postergação da publicação do Edital de Homologação, por dia, a contar do 1º dia do mês subsequente ao daquele previsto para cumprimento.	4
2	Descumprir os prazos acordados ou negociados de qualquer fase do cronograma oficial de realização do concurso.	3
3	Deixar de colocar à disposição dos(as) candidatos(as) a equipe de atendimento prevista no subitem do Termo de Referência, no período estabelecido no subitem do Termo de Referência, por dia de atraso.	2



Assinado com senha por JOSÉ LUIZ DE ABREU MACEDO - 05/06/2024 às 10:55:12.
Documento Nº: 4123905-41 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4123905-41>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 07/06/2024 às 09:23:59.
Documento Nº: 4078829.36124699-4097 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4078829.36124699-4097>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 18/06/2024 às 15:16:22.
Documento Nº: 4139074.36214172-2995 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4139074.36214172-2995>

20



TRF2TER202400305A

SIGA



TRF2EDT202400089A

SIGA



TRF2EDT202400103A

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

4	Deixar de publicar no sítio eletrônico da Contratada quaisquer dos eventos elencados no Termo de Referência, por dia de atraso de cada evento.	1
5	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Termo de Referência não previstos nesta tabela de glosas, por item e por ocorrência/dia.	1

12. ANÁLISE DE RISCOS:

12.1. - Vislumbram-se alguns riscos em curso na presente contratação. Não se incluem neste mapa de riscos, aqueles voltados à gestão do contrato e execução dos serviços, mas apenas os que tangiam o processo que permeia até a formalização da contratação e início da contratação.

12.1.1. A análise de riscos encontra-se no anexo constante do Edital.

13. ANEXOS: Os anexos ao presente termo constarão no Edital.

Rio de Janeiro, 05 de junho de 2024.

- assinado eletronicamente -

JOSÉ LUIZ DE ABREU MACEDO
Assistente IV

ASSESSORIA DE CONCURSOS PARA MAGISTRADOS E DE APOIO ESPECIALIZADO



Assinado com senha por JOSÉ LUIZ DE ABREU MACEDO - 05/06/2024 às 10:55:12.
Documento Nº: 4123905-41 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4123905-41>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 07/06/2024 às 09:23:59.
Documento Nº: 4078829.36124699-4097 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4078829.36124699-4097>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 18/06/2024 às 15:16:22.
Documento Nº: 4139074.36214172-2995 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4139074.36214172-2995>

21



SIGA



SIGA



SIGA



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

MAPA DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO (MRC)

Objeto da contratação: Instituição especializada - provas objetiva/discursiva do concurso Residência Jurídica da Justiça Federal da 2ª Região

ETAPA PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO			
Risco 1: Falta de expertise para a execução do serviço			
Probabilidade: 3-Evento possível de ocorrer		Impacto: 5-Irreversíveis/catastróficos nos objetivos	Risco alto
Id.	Dano		
1	Não conformidade às normativas do Conselho Nacional de Justiça (Resolução nº 439/2022) e do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2-RSP-2023/00045).		
Tratamento: Evitar			
Id.	Ação preventiva		Responsável
1	Exigência de atestado de capacidade técnica que comprove que a instituição prestou serviço de complexidade similar ao objeto da contratação.		Unidade Administrativa Requiritante
ETAPA GESTÃO DO CONTRATO			
Risco 2: Atraso na execução do objeto da contratação			
Probabilidade: 3-Evento possível de ocorrer		Impacto: 3-Significativo nos objetivos, mas recuperáveis	Risco médio
Id.	Dano		
1	Impedir que a Justiça Federal da 2ª Região promova o aprimoramento e o aperfeiçoamento de bacharéis em Direito de modo que possam auxiliar na melhoria e na transformação do sistema de justiça.		
Tratamento: Evitar			
Id.	Ação preventiva		Responsável
1	Acompanhar o andamento da execução do contrato junto ao representante da instituição especializada, objetivando cobrir eventual possibilidade de atraso na listagem final dos habilitados no Programa de Residência Jurídica		Gestor do Contrato

- assinado eletronicamente -
CHRISTIANE MARIA NOVELLINO DOS SANTOS
Assessor(a)



Assinado com senha por CHRISTIANE MARIA NOVELLINO DOS SANTOS - 19/03/2024 às 15:11:02.
Documento Nº: 4052073-6877 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4052073-6877>



Autenticado digitalmente por LUIZ FELIPE FERNANDES - 19/03/2024 às 16:15:09.
Documento Nº: 4048853.35507153-9141 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4048853.35507153-9141>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 07/06/2024 às 09:23:59.
Documento Nº: 4078829.36124699-4097 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4078829.36124699-4097>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 18/06/2024 às 15:16:22.
Documento Nº: 4139074.36214172-2995 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4139074.36214172-2995>



TRF2FOR202401185A



TRF2SE C202400130A



TRF2EDT202400089A



TRF2EDT202400103A

SIGA



ANEXO II
PE 90047/2024
TRF2-EOF-2024/125
PLANILHA DE PREÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	Unid.	QUANT.	PREÇOS	
				UNIT(R\$)	TOTAL(R\$)
1	serviços de organização, planejamento e aplicação das provas objetiva e discursiva do concurso público destinado a selecionar candidatos(as) Bacharéis em Direito para o Programa de Residência Jurídica no âmbito do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) e das Seções Judiciárias do Rio de Janeiro e do Espírito Santo.	Unid.	2500	R\$ 104,02	R\$ 260.050,00
VALOR TOTAL R\$ 260.050,00 (Duzentos e sessenta mil e cinquenta reais)					

TRF2-EOF-2024/125- ANEXO II – Planilha de Preços



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 07/06/2024 às 09:24:14.
Documento Nº: 4078829.36124703-3421 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4078829.36124703-3421>



SIGA



SIGA

Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 18/06/2024 às 15:16:42.
Documento Nº: 4139074.36214176-2999 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4139074.36214176-2999>



ANEXO III
DECLARAÇÃO DE BENEFÍCIO MICROEMPRESAS
(Declaração a ser apresentada por microempresas, para efeitos da obtenção de
benefícios, nos termos do artigo 4º, §2º, da Lei nº 14.133/2021)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 900___/___
Proc. nº TRF2-EOF-202_/___

Declaro, sob as penas da Lei, que a empresa (.....) não ultrapassou o limite de faturamento e cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

CNPJ:

—

EMPRESA

DATA

ASSINATURA



ANEXO IV

DECLARAÇÃO

(Inciso VI do artigo 2º da Resolução nº 7 do Conselho Nacional de Justiça, com a alteração implementada pela Resolução nº 229 de 22/06/2016 do CNJ)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 900__/_

Proc. nº TRF2-EOF-202_/000__

_____**DECLARA**, em face do disposto no inciso VI do artigo 2º da Resolução nº 7 de 18.10.2005, alterada pelas Resoluções 009/2005 e 229/2016 do Conselho Nacional de Justiça, que:

() não há em seu **quadro societário** cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

() Há em seu quadro societário parentesco com:

Nome:	Parentesco:	Órgão: CC*	MPJ*
_____	_____	_____	_____

*CC= ocupante de cargo em comissão

*MPJ=Membro do Poder Judiciário

Observação:

Declaro, por fim, que deverei comunicar de imediato a ocorrência de fatos que possam alterar a situação objeto desta declaração.

Responsabilizo-me pela exatidão e veracidade das informações declaradas, ciente de que, se falsa a declaração, ficarei sujeito às penas da Lei (art. 299 do CP)

Rio de Janeiro,

(Assinatura)



ANEXO V
DECLARAÇÃO

(Artigo 3º da Resolução nº 7 do Conselho Nacional de Justiça, com a alteração implementada pela Resolução nº 9 de 06.12.2005 do CNJ)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 900___/24

Proc. nº TRF2-EOF-202___/00

DECLARO, em face do disposto na Resolução nº 07 de 18.10.2005, alterada pelas Resoluções nº 009/2005 e 229/2016, do Conselho Nacional de Justiça, que:

() não tenho parentesco com nenhum Membro do Poder Judiciário ou servidor que exerce cargo em comissão de direção e assessoramento.

() Há em seu quadro societário parentesco com:

Nome:	Parentesco:	Órgão: CC*	MPJ*
_____	_____	_____	_____

*CC= ocupante de cargo em comissão

*MPJ= Membro do Poder Judiciário

Observação:

Declaro, por fim, que deverei comunicar de imediato a ocorrência de fatos que possam alterar a situação objeto desta declaração.

Responsabilizo-me pela exatidão e veracidade das informações declaradas, ciente de que, se falsa a declaração, ficarei sujeito às penas da Lei (art. 299 do CP)

Rio de Janeiro,

(Assinatura)



TRF2EDT202400103A

ANEXO VI

DECLARAÇÃO

(Resolução nº 156/12/ CNJ e Resolução nº 9 de 06/12/2005, diploma alterador da Resolução nº 7 de 18/10/2005)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/24

Proc. nº TRF2-EOF-2024/125

_____, **DECLARO**, sob as penas da lei, que não estou incurso(a) em qualquer das hipóteses previstas em lei ou nos artigos 1º e 2º da Resolução nº 156 de 08.08.2012 do Conselho Nacional de Justiça.

Declaro, por fim, que deverei comunicar de imediato a ocorrência de fatos que possam alterar a situação objeto desta declaração e, ainda, a entregar as Certidões constantes do Art. 5º, §1º da resolução 156/12- CNJ, acompanhadas do comprovante de autenticidade.

Responsabilizo-me pela exatidão e veracidade das informações declaradas, ciente de que, se falsa a declaração, ficarei sujeito às penas da Lei (art. 299 do CP)

Rio de Janeiro,

(Assinatura)



TRF2EDT202400103A



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

CONTRATO Nº TRF2-CON-2024/_____

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM ORGANIZAÇÃO, PLANEJAMENTO E REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO, DESTINADO AO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA NO ÂMBITO DESTA E. TRIBUNAL E DAS SEÇÕES JUDICIÁRIAS DO RIO DE JANEIRO E DO ESPÍRITO SANTO, QUE FAZEM O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO E A EMPRESA _____

Proc. Adm. Digital nº TRF2-EOF-2024/00125

O **Tribunal Regional Federal da 2ª Região**, inscrito no C.N.P.J. sob o nº 32.243.347/0001-51, com sede na Rua Acre, nº 80, Centro, Rio de Janeiro, representado neste ato por seu **Diretor-Geral, Dr. Paulo Cezar Braga Edmundo**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa _____, inscrita no C.N.P.J. sob o nº _____, estabelecida na _____, CEP _____, Tel.: (____) _____, e-mail: _____, representada neste ato por seu(sua) _____, **Sr(a)** _____, a seguir denominada apenas **CONTRATADA**, tendo em vista o constante e decidido no Processo Administrativo Digital nº TRF2-EOF-2024/00125, em decorrência do Pregão Eletrônico nº 90047/2024, fundamentado na Lei nº 14.133/2021, homologado em ____/____/2024, através do despacho TRF2-DES-2024/_____, FIRMAM o presente Contrato com a finalidade de *prestar de serviços especializados em organização, planejamento e realização de concurso público destinado à seleção de candidatos(as) bacharéis em Direito para o Programa de Residência Jurídica no âmbito deste Tribunal (TRF2) e das Seções Judiciárias do Rio de Janeiro (SJRJ) e do Espírito Santo (SJES), com aplicação de provas objetiva e discursiva*, sujeitas as partes às normas da Lei nº 14.133/2021, e às seguintes cláusulas e condições:

Contrato nº TRF2-CON-2024/_____ - Empresa contratada (ng)

assinado

Pág. 1



Autenticado com senha por CLAUDIA PINTO SIMÕES - Supervisor(a) / DCONT - 06/06/2024 às 15:03:41.
Documento Nº: 4127619-4878 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4127619-4878>

SIGA



TRF2CAP202415361A



TRF2EDT202400103A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 18/06/2024 às 15:17:59.
Documento Nº: 4139074.36214205-3742 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4139074.36214205-3742>

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº 90047/2024 - fundamentado na Lei nº 14.133/2021

Proc. TRF2-EOF-2024/00125

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:

1.1 - Constitui objeto do presente Contrato a prestação de serviços de organização, planejamento e realização de concurso público destinado à seleção de candidatos(as) bacharéis em Direito para o Programa de Residência Jurídica no âmbito deste Tribunal (TRF2) e das Seções Judiciárias do Rio de Janeiro (SJRJ) e do Espírito Santo (SJES), com aplicação de provas objetiva e discursiva, conforme especificações contidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 90047/2024 e seus Anexos I, II, III, IV, V e VI, e na forma estabelecida neste Contrato.

1.2 - A tabela de vagas por categoria profissional e escolaridade/pré-requisitos está detalhadamente discriminada no SUBITEM 1.1.2 do Termo de Referência - Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

1.3 - Etapas do concurso:

1.3.1 - O processo seletivo será realizado em etapa única, com provas objetiva e discursiva, conforme discriminado no SUBITEM 4.1.2.1 do Termo de Referência - Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

1.4 - Correção das Provas Discursivas:

1.4.1 - Somente serão corrigidas pelo Contratante as provas discursivas dos candidatos(as) habilitados(as) e mais bem classificados(as) na prova objetiva, nos limites abaixo discriminados, acrescidos dos empates na última posição, bem como as de todos os inscritos como candidatos(as) indígenas e com deficiência habilitados(as) na prova objetiva, e ainda as de todos(as) os(as) candidatos(as) negros(as).

1.5 - Disciplinas/Conteúdos das Provas:

1.5.1 - Os conteúdos das provas abrangerão as disciplinas discriminadas no SUBITEM 4.1.2.3 do Termo de Referência - Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

1.6 - Critérios para desempate:

1.6.1 - Para desempate serão utilizados os critérios previstos no art. 18, da Resolução CJF nº 246 de 2013, quais sejam:

- I - idade igual ou superior a 60 (*sessenta*) anos, completados até o último dia de inscrição no concurso;
- II - maior pontuação nas provas realizadas, conforme se dispuser em edital;
- III - exercício efetivo da função de jurado, nos termos da Lei nº 11.689, de 9 de junho de 2008;
- IV - maior idade;

Contrato nº TRF2-CON-2024/____ - Empresa contratada (ng)

MINUTA

Pág. 2



Autenticado com senha por CLAUDIA PINTO SIMÕES - Supervisor(a) / DCONT - 06/06/2024 às 15:03:41.
Documento Nº: 4127619-4878 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4127619-4878>

SIGA



TRF2CAP202415361A



TRF2EDT202400103A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 18/06/2024 às 15:17:59.
Documento Nº: 4139074.36214205-3742 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4139074.36214205-3742>

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº 90047/2024 - fundamentado na Lei nº 14.133/2021

Proc. TRF2-EOF-2024/00125

V - maior tempo de serviço voluntário comprovado em atividades de conciliação no âmbito da Justiça Federal.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA: DO REGIME DE EXECUÇÃO:

2.1 – DA FORMA DE EXECUÇÃO:

2.1.1 - Os serviços objeto deste Contrato e os locais onde os mesmos deverão ser realizados estão detalhadamente discriminados no Termo de Referência – Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

2.2 – DO PRAZO DE EXECUÇÃO:

2.2.1 - A Contratada deverá executar o serviço no prazo máximo de 09 (nove) meses, contados da assinatura deste contrato pelo Contratante, de acordo com o cronograma a ser elaborado em conjunto com o Contratante e conforme Anexos constantes do Edital.

2.2.2 – A Contratada deverá iniciar os serviços contratados, com reunião a ser realizada com o Contratante, em até 03 (três) dias corridos a partir do início da vigência do Contrato.

2.2.3 - A Contratada deverá cumprir os prazos previstos para a execução das etapas, conforme previsto no Termo de Referência – Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

2.2.4 - O edital de abertura do concurso deverá ser publicado com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias da data de realização da prova, conforme previsto no art. 5º da Resolução CJF nº 246/2013. Os demais editais serão publicados com a antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

2.3– DO PRAZO DE VALIDADE DO CONCURSO:

2.3.1 - O prazo de validade deverá observar o prazo de vigência do Contrato.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

3.1 – São obrigações do Contratante as discriminadas no ITEM 1.12 do Termo de Referência – Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, parte integrante deste Contrato.

4 - CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

4.1 – São obrigações da Contratada, além das constantes no ITEM 1.13 do Termo de Referência – Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, parte integrante deste Contrato, as previstas nesta Cláusula:

4.1.1 - A Contratada deverá manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive aquelas relativas às especificações, sob pena de rescisão contratual;

Contrato nº TRF2-CON-2024/____ - Empresa contratada (ng)

assinatura

Pág. 3



Autenticado com senha por CLAUDIA PINTO SIMÕES - Supervisor(a) / DCONT - 06/06/2024 às 15:03:41.
Documento Nº: 4127619-4878 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4127619-4878>

SIGA



TRF2CAP202415361A



TRF2EDT202400103A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 18/06/2024 às 15:17:59.
Documento Nº: 4139074.36214205-3742 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4139074.36214205-3742>

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº 90047/2024 - fundamentado na Lei nº 14.133/2021

Proc.TRF2-EOF-2024/00125

4.1.2 - A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória do Código de Conduta, nos termos da Resolução nº 147 do Conselho da Justiça Federal, de 15/04/2011 e da Portaria nº CF-POR-2012/00116, de 11/05/2012;

4.1.3 - É vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, com a alteração implementada pela Resolução CNJ nº 229, de 22/06/2016;

4.1.3.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, pela Contratada, da Declaração constante do Anexo IV do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, a qual será entregue no ato da assinatura do Contrato;

4.1.4 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme o artigo 3º da Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, alterada pela Resolução CNJ nº 09, de 06/12/2005;

4.1.5 - A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória às disposições contidas na Resolução nº 351 do Conselho Nacional de Justiça, de 28/10/2020, que institui a Política de Prevenção e Combate do Assédio Moral, do Assédio Sexual, e de todas as formas de Discriminação, a fim de promover o trabalho digno, saudável, seguro e sustentável no âmbito do Poder Judiciário;

4.1.5.1 - Aplica-se a Resolução mencionada no item anterior a todas as condutas de assédio e discriminação no contexto das relações socioprofissionais e da organização do trabalho no Poder Judiciário, praticadas presencialmente ou por meios virtuais, inclusive aquelas contra estagiários, aprendizes, prestadores de serviços, voluntários e outros colaboradores;

4.1.6 - A Contratada deverá cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, conforme determinação do art. 92, inciso XVII, da Lei nº 14.133/2021.

4.1.7 - A Contratada deverá respeitar e cumprir todas as disposições da legislação ambiental vigente, responsabilizando-se perante o Contratante, os Órgãos Ambientais e terceiros, por todo e qualquer dano ou prejuízo que porventura cause ao Meio Ambiente.

Contrato nº TRF2-CON-2024/____ - Empresa contratada (ng)

assinatura

Pág. 4



Autenticado com senha por CLAUDIA PINTO SIMÕES - Supervisor(a) / DCONT - 06/06/2024 às 15:03:41.
Documento Nº: 4127619-4878 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4127619-4878>

SIGA



TRF2CAP202415361A



TRF2EDT202400103A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 18/06/2024 às 15:17:59.
Documento Nº: 4139074.36214205-3742 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4139074.36214205-3742>

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº 90047/2024 - fundamentado na Lei nº 14.133/2021

Proc. TRF2-EOF-2024/00125

5 - CLÁUSULA QUINTA: DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

5.1 - DO PREÇO:

5.1.1 – PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	CUSTO UNITÁRIO (R\$)	CUSTO TOTAL (R\$)
1	Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de organização, planejamento e realização de concurso público destinado à seleção de candidatos(as) bacharéis em Direito para o Programa de Residência Jurídica no âmbito deste Tribunal (TRF2) e das Seções Judiciárias do Rio de Janeiro (SJRJ) e do Espírito Santo (SJES), com aplicação de provas objetiva e discursiva, nos termos do Termo de Referência – Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.	1		
VALOR TOTAL				

5.1.2 – O valor total estimado do Contrato é de R\$ _____
(_____);

5.1.3 - Nos preços oferecidos pela Contratada já estão incluídos todos os custos e despesas diretas e indiretas, tributos incidentes, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e comerciais, taxa de administração e lucro, materiais, equipamentos e mão de obra a serem empregados, seguros, fretes, rotulagem, embalagens e quaisquer outros necessários ao fiel e integral cumprimento deste Contrato;

5.2 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

5.2.1 - O pagamento será efetuado em parcelas, conforme item 7 do Termo de Referência, Anexo I, à vista do documento fiscal apresentado pela Contratada, discriminativo dos serviços prestados, obedecida a ordem cronológica, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela Contratada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da liquidação da despesa, quando se tratar de valor igual ou inferior a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos) ou em até 10 (dez) dias úteis contados a partir da liquidação da despesa, para valor superior a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos), de acordo com o seguinte cronograma:

5.2.1.1 – **1ª parcela:** 50% (cinquenta por cento) do valor contratado, após a aplicação das provas objetiva e discursiva;

5.2.1.2 – **2ª parcela:** 50% (cinquenta por cento) do valor contratado, após a publicação do resultado final.

Contrato nº TRF2-CON-2024/_____ - Empresa contratada (ng)

MINUTA

Pág. 5



Autenticado com senha por CLAUDIA PINTO SIMÕES - Supervisor(a) / DCONT - 06/06/2024 às 15:03:41.
Documento Nº: 4127619-4878 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4127619-4878>

SIGA



TRF2CAP202415361A



TRF2EDT202400103A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 18/06/2024 às 15:17:59.
Documento Nº: 4139074.36214205-3742 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4139074.36214205-3742>

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº 90047/2024 - fundamentado na Lei nº 14.133/2021

Proc.TRF2-EOF-2024/00125

5.2.1.3 - A liquidação da despesa deverá ser realizada nos mesmos prazos, contados do recebimento do documento fiscal, de acordo com os valores acima descritos, após a certificação do cumprimento da obrigação;

5.2.1.4 - No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com a legislação e as instruções normativas vigentes.

5.2.2 - Para a efetivação do pagamento deverá ocorrer a apresentação do documento fiscal e o ateste, pelo(s) fiscal(is) do Contrato, da realização de cada etapa prevista para pagamento.

5.2.3- O valor total a ser pago pelo Contratante à Contratada será equivalente ao número de candidatos efetivamente inscritos multiplicado pelos valores unitários por candidato discriminados nos subitens 5.1.1 e 5.1.2 desta Cláusula.

5.2.4 - No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do artigo 14 da Lei Municipal nº 691/84, alterada pela Lei nº 3.691/03, na redação da Lei nº 7.000/2021, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro estará sujeita, no ato do pagamento, à retenção do ISS – Imposto sobre Serviço de qualquer natureza.

5.2.4.1 - Para fins de identificação da situação prevista no subitem 5.2.4, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

5.2.5 - O documento fiscal deverá ser entregue na Subsecretaria de Controle de Custos de Compras e Contratos, situada na Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro, de segunda a sexta-feira, no horário das 12:00 às 17:00 horas, devendo também ser enviado eletronicamente ao e-mail notafiscal@trf2.jus.br.

5.2.6 - Para fins do disposto no subitem 5.2.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a da emissão da ordem bancária.

5.2.7 - Caso a Contratada se enquadre na hipótese de isenção ou de não retenção de tributos e contribuições, deverá comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal.

5.2.7.1 - A Contratada optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação da Declaração, em duas vias, a que se refere o artigo 6º da Instrução Normativa nº 1.234, de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal, com as alterações implementadas pelas Instruções Normativas nº 1.540, de 05/01/2015, e nº 1.552, de 02/03/2015.

5.2.8 - O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no subitem 5.2.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

5.2.9 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente contratação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades

Contrato nº TRF2-CON-2024/____ - Empresa contratada (ng)

MINUTA

Pág. 6



Autenticado com senha por CLAUDIA PINTO SIMÕES - Supervisor(a) / DCONT - 06/06/2024 às 15:03:41.
Documento Nº: 4127619-4878 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4127619-4878>

SIGA



TRF2CAP202415361A



TRF2EDT202400103A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 18/06/2024 às 15:17:59.
Documento Nº: 4139074.36214205-3742 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4139074.36214205-3742>

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº 90047/2024 - fundamentado na Lei nº 14.133/2021

Proc. TRF2-EOF-2024/00125

contratualmente previstas, conforme Acórdão nº 964/2012 do Plenário do Tribunal de Contas da União.

5.2.9.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação mencionadas no subitem anterior será verificada quando da realização de cada pagamento.

5.2.10 - Os pagamentos a serem efetuados em favor da Contratada estarão sujeitos, no que couber, às retenções na fonte nos seguintes termos:

5.2.10.1 - Do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, da contribuição para seguridade social - COFINS e da contribuição para o PIS /PASEP;

5.2.10.2 - Da contribuição previdenciária ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, correspondente a 11% (*onze por cento*), observadas as hipóteses de desoneração;

5.2.10.3 - Do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN.

5.2.11 - Em caso de atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma a Contratada, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.

6 - CLÁUSULA SEXTA: DA DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA:

6.1 - A despesa decorrente da contratação dos serviços, objeto deste Contrato, correrá à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, para o corrente exercício, conforme ITEM 11 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

Elemento de Despesa	PTR	Nota de Empenho
3.3.90.39.48	168.413	

7 - CLÁUSULA SÉTIMA: DAS SANÇÕES:

7.1 - A Contratada será responsabilizada administrativamente pelas infrações estabelecidas no ITEM 20 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

8 - CLÁUSULA OITAVA: DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS:

8.1 - O pagamento será proporcional ao atendimento das metas estabelecidas no INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS, que estão dispostas no ITEM 11 do Termo de Referência – Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, o

Contrato nº TRF2-CON-2024/____ - Empresa contratada (ng)

MINUTA

Pág. 7



Autenticado com senha por CLAUDIA PINTO SIMÕES - Supervisor(a) / DCONT - 06/06/2024 às 15:03:41.
Documento Nº: 4127619-4878 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4127619-4878>

SIGA



TRF2CAP202415361A



TRF2EDT202400103A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 18/06/2024 às 15:17:59.
Documento Nº: 4139074.36214205-3742 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4139074.36214205-3742>

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº 90047/2024 - fundamentado na Lei nº 14.133/2021

Proc.TRF2-EOF-2024/00125

qual define objetivamente os níveis esperados de qualidade da prestação dos serviços e as respectivas adequações de pagamento.

9 - CLÁUSULA NONA: DA EXTINÇÃO:

9.1 - A inadimplência, parcial ou total, das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da Contratada, assegurará ao Contratante o direito de dá-lo por extinto, mediante notificação, através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, ficando a critério do Contratante declarar extinto o Contrato, nos termos desta cláusula e/ou aplicar a multa prevista no Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo e na Lei nº 14.133/2021.

9.2 - O Contrato, sem prejuízo das cominações legais nele previstas, poderá ser extinto por ato unilateral da Administração, nos casos enumerados no art. 137, incisos I a VI, VIII e IX, da Lei nº 14.133/2021.

9.3 - A extinção mencionada no item anterior será formalmente motivada e assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA: DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

10.1 - Os serviços contratados obedecerão ao estipulado neste Contrato, bem como às obrigações assumidas nos documentos a seguir indicados, os quais ficam fazendo parte integrante e complementar deste Contrato, independentemente de transcrição, no que não contrariarem as estipulações aqui firmadas:

- Edital do Pregão Eletrônico nº 90047/2024 e seus Anexos I a VI;
- Proposta datada de __/__/2024, apresentada pela Contratada, contendo prazo, preço, discriminação e especificação dos serviços a serem executados, conforme documento nº TRF2-CAP-2024/_____.

10.2 - Na hipótese de divergência, entre as alíneas “a” e “b”, prevalecerão as condições estipuladas no documento referido na alínea “a”.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA FISCALIZAÇÃO:

11.1 - O Contratante designará servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, que exercerá, como representante da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização, e que, em caso de ausência, será substituído por seu suplente, também designado.

11.2 - Competem à Fiscalização as atribuições elencadas a seguir:

11.2.1 - Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do Contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

11.2.2 - Informar, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;

11.2.3 - Solicitar à Contratada e a seus prepostos ou obter da Administração todas as providências tempestivas necessárias ao bom andamento do Contrato e anexar aos autos cópia dos documentos que comprovem essas solicitações;

Contrato nº TRF2-CON-2024/_____ - Empresa contratada (ng)

MINUTA

Pág. 8



Autenticado com senha por CLAUDIA PINTO SIMÕES - Supervisor(a) / DCONT - 06/06/2024 às 15:03:41.
Documento Nº: 4127619-4878 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4127619-4878>

SIGA



TRF2CAP202415361A



TRF2EDT202400103A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 18/06/2024 às 15:17:59.
Documento Nº: 4139074.36214205-3742 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4139074.36214205-3742>

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº 90047/2024 - fundamentado na Lei nº 14.133/2021

Proc.TRF2-EOF-2024/00125

11.2.4 - Propor a aplicação de penalidades à Contratada e encaminhar os documentos necessários à instrução de procedimentos para possível aplicação de sanções administrativas;

11.2.5 - Acompanhar a apresentação dos documentos fiscais, bem como efetuar o atesto para fins de liquidação e pagamento;

11.2.6 - Ordenar à Contratada que corrija, refaça ou reconstrua as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações;

11.2.7 - Acompanhar e aprovar os serviços executados.

11.3 - A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais e legais.

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

12.1 - O recebimento do objeto deste Contrato está detalhadamente descrito no ITEM 15 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

13.1 - O prazo de vigência deste Contrato inicia-se no primeiro dia útil subsequente à data da sua assinatura pelo Contratante, estendendo-se até a data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, previsto no ITEM 15 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS:

14.1 - O Contratante e a Contratada se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade, bem como o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural quando das operações de tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, de acordo com a Lei nº 13.709/2018, Resolução nº 363 de 12/01/21 do CNJ e Resolução nº TRF2-RSP-2022/00031.

14.2 - Para efeitos de proteção dos dados pessoais tratados no âmbito deste Contrato, o Contratante e a Contratada assumem, respectivamente, as obrigações de controladores de dados, na forma de controladoria conjunta, dada a convergência de finalidades do tratamento de dados pessoais no âmbito contratual.

14.3 - As Partes obrigam-se a tratar os dados pessoais coletados de acordo com a legislação vigente aplicável, incluindo, mas não se limitando, a Lei nº 13.709/2018, a Lei nº 12.965/2014 e o Decreto nº 8.771/2016 (Marco Civil da Internet), no que couber.

14.3.1 - Ficam as Partes obrigadas a adotar medidas de segurança, técnicas e organizacionais apropriadas contra o tratamento de dados não autorizado ou ilegal, a perda, a destruição acidental ou eventuais danos aos dados pessoais, incluindo as medidas estabelecidas em Políticas de Privacidade compatíveis com os ditames da lei (artigo 46, da LGPD).

14.3.2 - As partes garantem que:

Contrato nº TRF2-CON-2024/____ - Empresa contratada (ng)

MINUTA

Pág. 9



Autenticado com senha por CLAUDIA PINTO SIMÕES - Supervisor(a) / DCONT - 06/06/2024 às 15:03:41.
Documento Nº: 4127619-4878 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4127619-4878>

SIGA



TRF2CAP202415361A



TRF2EDT202400103A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 18/06/2024 às 15:17:59.
Documento Nº: 4139074.36214205-3742 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4139074.36214205-3742>

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº 90047/2024 - fundamentado na Lei nº 14.133/2021

Proc.TRF2-EOF-2024/00125

- a) o tratamento de dados pessoais será feito conforme as hipóteses previstas nos arts. 7º, 11 e/ou 14 da Lei nº 13.709/2018 e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.
- b) o tratamento de dados pessoais será limitado às atividades necessárias ao alcance das finalidades da contratação, vedado às partes a utilização e/ou o compartilhamento dos dados pessoais para finalidade diversa, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal (artigo 6º incisos I, II e III, artigo 7º, § 3º da LGPD).
- c) o eventual compartilhamento dos dados pessoais com outras empresas ou pessoas, na forma acima, deve se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual ou conforme as hipóteses previstas nos arts. 7º, 11, 14 e/ou 23 da Lei nº 13.709/2018.
- d) será mantido registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizam para a execução deste Contrato. A Contratada deverá disponibilizar ao Contratante, sempre que solicitado, toda informação e documentação necessárias para demonstrar cumprimento das obrigações estabelecidas neste Contrato ou na legislação pertinente.

14.3.3 - A Contratada dará conhecimento formal aos seus empregados, servidores e/ou colaboradores acerca das obrigações e condições acordadas neste instrumento contratual, inclusive no tocante à Política de Privacidade do Contratante, cujas regras deverão ser aplicadas ao tratamento dos dados pessoais por eles realizados. A Contratada responsabiliza-se por eventuais descumprimentos.

14.3.4 - As partes deverão promover a revogação dos privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos do Contratante relativos aos dados pessoais, em caso de desligamento de seus empregados, servidores e/ou colaboradores das atividades inerentes à execução deste Contrato.

14.3.5 - As Partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares, nos termos previstos na LGPD e na legislação de regência, e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, do Ministério Público, Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e demais órgãos de controle.

14.3.6 - A Contratada deverá comunicar por escrito ao Contratante, em até 24 (vinte e quatro) horas, a ocorrência de qualquer incidente que implique risco ou dano relevante aos titulares de dados pessoais, apresentando as informações descritas nos incisos do § 1º do art. 48 da LGPD, cabendo ao Contratante as demais obrigações de comunicação previstas no referido artigo.

- a) A Contratada poderá enviar informações de forma gradual somente no caso em que não disponha imediatamente de todas as informações descritas nos incisos do § 1º do art. 48 da LGPD.

Contrato nº TRF2-CON-2024/_____ - Empresa contratada (ng)

MINUTA

Pág. 10



TRF2CAP202415361A



TRF2EDT202400103A



Autenticado com senha por CLAUDIA PINTO SIMÕES - Supervisor(a) / DCONT - 06/06/2024 às 15:03:41.
Documento Nº: 4127619-4878 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4127619-4878>

SIGA



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 18/06/2024 às 15:17:59.
Documento Nº: 4139074.36214205-3742 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4139074.36214205-3742>

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº 90047/2024 - fundamentado na Lei nº 14.133/2021

Proc.TRF2-EOF-2024/00125

14.3.7 – Caso seja autorizada a subcontratação, a Contratada garante a assunção das obrigações referentes à proteção de dados pessoais pela subcontratada, devendo os serviços prestados por esta ser executados de acordo com o disposto neste contrato. Nesta hipótese, a Contratada assume responsabilidade administrativa e civil pelos atos por praticados pela subcontratada.

14.4 - Eventual responsabilidade das Partes será apurada conforme estabelecido neste Contrato e em consonância com as disposições constantes da Seção III, Capítulo VI da LGPD.

14.4.1 - As Partes responderão administrativa e judicialmente se causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares dos dados pessoais tratados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD e à legislação de regência.

14.5 - Encerrada a vigência do Contrato ou sendo verificado que os dados pessoais deixaram de ser necessários ou pertinentes ao alcance da finalidade, as Partes se comprometem a eliminar todos os dados pessoais disponibilizados, obtidos ou coletados no âmbito da relação contratual, no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, salvo quando necessitem mantê-los para cumprimento de obrigação legal, exercício regular de direito ou outra hipótese prevista na LGPD ou na legislação pertinente.

14.5.1 - A eliminação dos dados abrange todas as cópias existentes, em formato digital ou físico.

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DOS CASOS OMISSOS:

Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pelas partes, no que couber, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, demais regulamentos e normas administrativas federais.

16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:

16.1 - O Contrato poderá ser aditado conforme as disposições dos artigos 124 e 125 da Lei nº 14.133/21.

16.2 – No que se refere à alteração unilateral, a Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto deste Contrato, até 25% (*vinte e cinco por cento*) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com o estabelecido no art. 125 da Lei 14.133/21.

16.2.1 – As alterações unilaterais, mencionadas no item anterior, não poderão transfigurar o objeto do Contrato.

16.3 - Quando houver alteração social em sua estrutura e outros dados (endereço eletrônico e telefone), a Contratada deverá encaminhar à Divisão de Contratos, situada na Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20091-007, endereço eletrônico dcont@trf2.jus.br, no prazo máximo de 05 (*cinco*) dias úteis, documentação devidamente autenticada, comprovando o fato.

Contrato nº TRF2-CON-2024/____ - Empresa contratada (ng)

MINUTA

Pág. 11



Autenticado com senha por CLAUDIA PINTO SIMÕES - Supervisor(a) / DCONT - 06/06/2024 às 15:03:41.
Documento Nº: 4127619-4878 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4127619-4878>

SIGA



TRF2CAP202415361A



TRF2EDT202400103A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 18/06/2024 às 15:17:59.
Documento Nº: 4139074.36214205-3742 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4139074.36214205-3742>

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº 90047/2024 - fundamentado na Lei nº 14.133/2021

Proc. TRF2-EOF-2024/00125

16.4 - Pela assinatura do presente termo, a Contratada autoriza o Contratante a deduzir o valor das multas aplicadas dos valores devidos pelos serviços prestados.

17 - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DA PUBLICAÇÃO:

Em conformidade com o disposto no art. 94 da Lei nº 14.133/2021, o presente instrumento de Contrato será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), por conta do Contratante.

18 - CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DO FORO:

Para dirimir questões oriundas do presente Contrato ou de sua execução, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será competente o FORO DA JUSTIÇA FEDERAL – SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO.

E, por estarem assim ajustadas, assinam as partes o presente Contrato.

PAULO CEZAR BRAGA EDMUNDO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
Diretor-Geral

RESPONSÁVEL
EMPRESA CONTRATADA
(cargo)

Contrato nº TRF2-CON-2024/____ - Empresa contratada (ng)

MINUTA

Pág. 12



Autenticado com senha por CLAUDIA PINTO SIMÕES - Supervisor(a) / DCONT - 06/06/2024 às 15:03:41.
Documento Nº: 4127619-4878 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4127619-4878>

SIGA



TRF2CAP202415361A



TRF2EDT202400103A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 18/06/2024 às 15:17:59.
Documento Nº: 4139074.36214205-3742 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4139074.36214205-3742>

SIGA